

ARTIGO

DESAFIOS DA DEMOCRACIA NA CRISE DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÕES

POR ZILDA MÁRCIA GRICOLI IOKOI

Um dos principais postulados do estado moderno foi a eficácia do processo participativo pela outorga do cidadão de sua vontade ao representante por ele escolhido livremente nos momentos eleitorais. Esse postulado retirava do monarca a hereditariedade do cargo e abria a sociedade de ordens ou castas para a de classes. Reconheciam-se diferenças sociais, mas defendiam que os vários grupos poderiam se representar por mediadores que se dispunham a levar a vontade de outros, nos diversos pleitos pelos partidos, associações, sindicatos ou quaisquer outras formas de organização social.

A vigência da democracia representativa nos países do ocidente criou um nexo de superioridade civilizacional frente aos governos de castas ou aos regimes totalitários e de forte poder burocrático militar. Certo ufanismo aparecia claramente nas reuniões entre os chefes de estado nos organismos internacionais, enfatizando-se o sistema representativo como substrato das democracias e o centralismo como campo das ditaduras.

Entretanto, ao longo do século XX e depois de duas guerras mundiais, as diferenças sociais, a política de blocos e as guerras regionais provocadas tanto pelos Estados Unidos, como pela União Soviética tornaram essa diáde pouco confiável. Novos modelos foram tes-

tados por países da América Central, como a Nicarágua e de África, como Guiné Bissau, por exemplo. Foi, portanto, muito comemorada a destruição do regime soviético a ponto de Samuel Huntington nomear de terceira onda democrática as transformações que se abriam como a vitória definitiva do estado moderno sobre as outras formas políticas. O que ele não levava em consideração eram a crise no sistema representativo e as conseqüentes alterações nos nexos de solidariedade de classes representadas pelo novo modo dos sindicatos lidarem com o fundo social dos sistemas de defesa dos trabalhadores.

De um lado, a crise dos modelos econômico-políticos de tipo keynesiano, possibilitou certo abandono na social democracia de valores de solidariedade, com algumas restrições à seguridade social e, de outro, nos países de mal estar social, a redução do estado, como se nestes, os fenômenos fossem os mesmos. Ao lado desse processo, o acirramento do capital financeiro promoveu a migração dos fundos sociais do sistema de solidariedade (cada trabalhador pagava para que o outro possa sobreviver na velhice), para aplicações financeiras voltadas para os interesses individuais dos aplicadores que esperam que sua poupança se torne investimento a ser usufruído por ele próprio.

Os sindicatos, como os partidos, ao perceberem a ausência dos representados nos fóruns coletivos, consideraram que a representação se fazia por delegação. Tudo estava bem, de modo que os representados não precisariam comparecer para fiscalizar ou avaliar a prática dos representantes. O comparecimento aos processos eleitorais também declinou e o absentismo sinalizou que algo mais sério ocorria. Entretanto, os representantes entenderam a ausência como alheamento e passaram a migrar de uma instituição para outra, considerando que o voto seria uma declaração de poder tão absoluto que o representante teria o aval para fazer o que entendesse. A separação entre representante, representado e representação colocou em questão as democracias de cunho liberal.

Esse processo, aqui colocado de modo genérico supõe estudos verticalizados de processos particulares, de modo a permitir a crítica dos sistemas de representação. No que se refere aos mecanismos de poder resta-nos entender os propósitos formulados por Boaventura de Souza Santos que defende a democracia contínua e de alta intensidade. Na Universidade de São Paulo, estamos frente a um dilema da democracia representativa e sua transição para uma democracia direta. Entre o *corpus* universitário, os estudantes rejeitam as representações e pleiteiam a ação direta. No processo ocorrido entre os meses de abril e agosto, muitas foram as discussões entre os vários grupos que disputavam protagonismo no encaminhamento dos conflitos.

Tudo começou com o descaso da reitoria às demandas de estudantes que reivindicavam audiências para apresentação de pauta de reivindicações. Depois de agendas interrompidas, definiu-se uma au-

Sumário

ARTIGOS

Desafios da democracia na crise do sistema de Representações 1

ENTREVISTAS

Aposenta-se a professora Eva Alterman Blay 4

Pesquisas sobre quadrinhos encontram espaço na Universidade 8

Doutorado aborda a obra de Maria Archer produzida no Brasil 9

EVENTO

Alunos e colegas homenageiam a professora Benilde Justo Lacorte Caniato 12

IDADE DO CONHECIMENTO

Gerontologia e Envelhecimento 13

Rosa Ester Rossini: 44 anos de dedicação ao Departamento de Geografia 16

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Centro de Estudos Africanos 20

Laboratório de Estudos sobre a Intolerância 24

Centro de Estudos Judaicos 27

Núcleo de Estudos da Violência 28

TESES 30

EXPEDIENTE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR:

Profa. Dra. Suely Vilela

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Franco Maria Lajolo



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR:

Prof. Dr. Gabriel Cohn

VICE-DIRETORA

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Erbert A. da Silva – MTb 35870. PROJETO GRÁFICO: Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815. DIAGRAMAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka. COLABORADORES: Mariana Pereira Lenharo. FOTOS: Eusebio Gregorio Costa. SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS: João Fernando Querido Salvado. IMPRESSÃO: Gráfica – FFLCH/USP. TIRAGEM: 1200 exemplares.

diência pública que deveria ser realizada entre reitoria e coletivo estudantil. A ausência do Vice-Reitor em exercício reitoral fez com que os estudantes se deslocassem para o prédio da Reitoria para entregar a carta de demandas. Uma porta trancada e um conjunto de seguranças aguardavam os estudantes que indignados romperam as barreiras e ocuparam o espaço do poder. Neste momento a crise do sistema de representações se tornou visível.

Não se tratava mais de representantes, de rechaço às instituições de representações: o Diretório Central dos Estudantes foi considerado, assim como seu grupo político inimigo público número um. Não teve direito a voz e voto em todo o processo. Os diferentes grupos políticos estudantis disputavam espaço e teses no processo. Novos grupos surgiram frente a uma maioria de independentes.

No plano dos colegiados, a Congregação da Faculdade de Filosofia foi convocada no calor da hora e, definiu-se contra a ocupação insinuando que a violência que grassava na cidade estava refletida no ato de ocupar. Ao generalizarmos a análise da crise aos acontecimentos internos, nós, os que comparecemos à Congregação, fomos coniventes com a desqualificação do protesto, sem levar em consideração no documento firmado, a justiça das demandas e dos protestos. Nossos colegas ausentes ou representados, imediatamente colocaram interdições à avaliação e ao documento. Mas, estes também utilizaram a desqualificação como elemento de diferenciação, o que nos juntou no mesmo dilema.

Inúmeros foram os esforços para dar guarida aos protestos e mediar para uma solução negociada. Mas, em nenhum momento as alternativas foram vinculadas à crise do sistema de representações e as necessidades de novas práticas de distribuição de poder para as unidades, descentralizando a ação reitoral para um combinado de programas, projetos e responsabilidades diluídas entre os vários segmentos. Equipes conjuntas de alunos, docentes e funcionários administrativos deveriam se unir para que a Universidade pudesse responder às demandas dos vários segmentos sociais, em especial aos desafios da pobreza endêmica. Projetos de desenvolvimento para

o local, o regional e o nacional são vitais nesse momento de globalização.

Não acredito que verdades fechadas sejam respostas ao tamanho da crise que vivenciamos. Novas utopias precisam ser tecidas para que possamos usufruir da imaginação imaginada e, em plena liberdade, reunir os projetos dos mais variados grupos. Um movimento amplo de experimentalismo permitirá que ao longo de um tempo as respostas possam apontar novas possibilidades na construção de outro nexo de solidariedades que indicarão caminhos do devir.

Bibliografia de Referência

CROZIEUR, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel P. & WATANUKI, Joji *The crisis of democracy: reports on the governability to democracies to the Trilateral Commission*. New York. New York University Press. 1975.

EAGLETON Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo. UNESP/ Boitempo. 1997/2001.

LEFEBVRE, Henri. *Presencia y Absencia: contribución a una teoría de las representaciones*. México: Siglo XXI – 1982.

NOVARO, Marcos. “O debate contemporâneo sobre representação política.” In *Novos Estudos Cebrap*. No. 42: 77-90.

SUOZA SANTOS, Boaventura de. *Crítica a Razão Indolente*. São Paulo, Boitempo. 2000.

_____. *A Universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*.

<http://www.insumisos.com/lecturasinsumisos/Democracia%20y%20emancipacion%20de%20la%20universidades%20publicas.pdf>

ENTREVISTAS

APOSENTA-SE A PROFESSORA EVA ALTERMAN BLAY

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Pouca coisa muda, porém, nas atividades acadêmicas da professora, que continua a pesquisar com intensidade e a orientar mestrados e doutorados. Nesta entrevista, ela fala sobre sua história na Universidade de São Paulo, sobre os avanços nos estudos de gênero e nos direitos da mulher e sobre a militância feminista.

Por ocasião de sua aposentadoria, a professora recebeu uma homenagem de seus colegas no dia 15 de agosto. E não foi uma simples homenagem, mas uma mesa-redonda, intitulada “Os estudos de gênero em perspectiva: uma homenagem a Eva Blay”, na qual foi discutida sua produção acadêmica e sua importância para os estudos de gênero. Neste evento, ficou evidente o quanto Eva Blay influenciou colegas e alunos com sua pesquisa e militância.

Mariana Pereira Lenharo: A senhora está se aposentando depois de uma longa trajetória acadêmica, social e política. Primeiro, gostaria que a senhora contasse um pouco sobre a sua trajetória acadêmica, começando por quando a senhora decidiu ser socióloga.

Eva Alterman Blay: Decidi ser socióloga porque queria fazer pesquisa. Sempre tive muito interesse em conhecer as pessoas, os casos, as coisas que aconteciam e o caminho natural foi a Sociologia, que não sabia, na época, muito bem o que era. Mas é meio evidente que tinha que ser alguma coisa, não apenas na área de Humanas, mas que me proporcionasse esse contato direto com pessoas. Até me lembro de uma coincidência muito interessante. Quando estava no colegial, fazendo o Clássico no Roosevelt, nós tínhamos uma professora de História, dona Maria Simões, em cujo curso dávamos seminários na forma de uma aula. A gente escolhia ou sorteava um tema, e dava uma aula sobre o assunto.

Já naquela época, achava que não se podia dar uma aula só colocando os fatos históricos. Mas tem de articular com as situações geográficas e políticas. Calhou que tinha que falar sobre a unificação alemã: Bismarck, esse tipo de coisa. Aí estudei pra dar essa aula, com muita vontade de que as colegas entendessem o que queria passar. Fiz um mapa na lousa. Não consegui terminar tudo no mesmo dia. Na aula seguinte, continuei e ela ficou encantada com o mapa que tinha feito na lousa. Corrigiu alguns pedaços, claro, porque foi tudo à mão livre. No fim, ela deu alguns prêmios e ganhei um livro de “Introdução à sociologia.”

Quer dizer, ela tinha percebido minha vocação, porque não fiz apenas um relato dos fatos históricos, coloquei também as situações sociais e políticas. Confesso que era um desejo meu de conhecer as coisas, porque não tinha nenhuma prática e, na época, não se fazia exatamente isso. Então, quando tive que fazer uma opção para a universidade, tinha que ser alguma carreira que cumprisse essas características: e foi a sociologia.

MPL: Quando a senhora começou a se interessar pela questão de gênero?

EAB: Olha, já com o mestrado, e isso foi nos anos 1960, muito precocemente. Quem me deu um grande apoio nessa área foi o professor Aziz Simão. Queria estudar o trabalho das mulheres e tive que fazer um retrocesso e comecei a estudar o ginásio industrial feminino para comparar como as coisas se passavam. Naquela época, não existia o mestrado. Era um curso chamado de especialização. Peguei uma fase transitória muito complicada porque quando foi instituído o mestrado, estava orientando já e, eu mesma, não tinha feito o mestrado. Então acabei fazendo esse mestrado e, logo depois, comecei a

estudar a mulher na indústria paulista, o trabalho qualificado da mulher na indústria paulista. Esse foi o meu doutorado e, enfim, foi por aí que comecei. Agora, houve uma grande articulação entre o que estudava na academia e as pessoas que me procuravam de fora da universidade. Logo no começo recebi um convite de meninas do Centro Cultural do Japão, pra dar uma palestra pra elas, e eu fui. Depois, fui convidada pelo Instituto de Criminalística e aí o terceiro convite foi pelo Sindicato dos Metalúrgicos, mas o grupo feminino do Sindicato dos Metalúrgicos. Só que nessa época nós já estávamos em plena ditadura. Fui morrendo de medo, e não parei mais. Porque achava também que era uma obrigação: tudo que estava fazendo na universidade deveria suprir as demandas das pessoas, dos grupos, dos sindicatos, fosse o que fosse. Não fazia maiores exigências não.

Então comecei uma militância feminista, foram os primeiros grupos feministas que surgiram aqui. Sempre foi assim: o trabalho na universidade e a militância – chamo de militância política porque acho que o movimento feminista é político. Também fazia o trabalho de divulgação dos direitos da mulher: em televisão, em rádio. Foi um período muito difícil porque, como era um tema ridicularizado, tanto na academia, quanto nos meios de comunicação, éramos muito desqualificadas, ridicularizadas. Chamavam a gente de burguesa, e diziam que nós estávamos só interessadas em resolver nossos problemas de classe média. Evidentemente isso não é verdade, porque se tem uma camada que, até hoje, sofre profundamente a desqualificação e é prejudicada por ser mulher é justamente a camada trabalhadora e são as mulheres mais pobres as que mais sofrem. Mas até convencer que a coisa era assim, correu muita água.

MPL: Desde que a senhora começou a pesquisar a questão da mulher, que avanço houve na academia, tanto do ponto de vista da produção de pesquisas relacionadas ao assunto, como do ponto de vista da valorização e reconhecimento dos estudos que existem?

EAB: Acho que hoje estamos vivendo um outro momento, aquelas cabeças, que antes desqualificavam o

trabalho a respeito da mulher e das relações de gênero, hoje são obrigadas a aceitar porque essa questão superou aquelas resistências. Mas isso não é importante, o mais importante são as novas gerações. Essa nova geração na academia tem outra cabeça, outra mentalidade. É indiscutível, para ela, o direito à igualdade entre homens e mulheres. Vejo que, nesse sentido, houve um enorme avanço.

Agora, do ponto de vista da lei, falta muito, mas o pior ainda é do ponto de vista da violência, porque existe uma parcela da sociedade que ainda não resolveu aceitar essa questão da igualdade. O meu último livro, que está no prelo, que se chama *Assassinato de mulheres e direitos humanos*, é um livro sobre esse problema crucial que não ocorre só no Brasil. Aqui e na América Latina inteira é um problema terrível. Então, a situação se modificou, mas se sabe que a cultura não muda de uma vez, vai por etapas. Apesar dos desequilíbrios, acho que estamos avançando.

MPL: Para a senhora, quais são os principais avanços no direito da mulher até hoje?

EAB: A legislação federal, hoje, garante a igualdade de direito e de deveres entre homens e mulheres. Mas existem alguns empecilhos, por exemplo, com relação à saúde da mulher. A questão do aborto é ideológica, é uma questão que é tratada do ponto de vista religioso: nisso a legislação não está facilitando o direito da mulher. Ela é meio omissa, garante à mulher a igualdade de direitos, mas, quando chega nesse ponto... Você sabe, a lei permite muitas interpretações, então aí nós temos uma contradição entre forças: de um lado as mulheres e o movimento feminista, de outro lado algumas religiões, não todas. E com isso as mulheres continuam morrendo por causa de abortos mal feitos.

MPL: Conte um pouco sobre sua experiência como senadora. Como a senhora chegou a esse cargo e o que a senhora encontrou quando chegou lá?

EAB: Eu era suplente do Fernando Henrique e fiquei durante muito tempo como suplente. Em 1992, fui convidada para trabalhar na ONU, em Viena, onde era Consultora para o Desenvolvimento da Mulher. Fui para Viena e fiz várias missões. Estive

na Turquia, na Tunísia, na Bolívia... Aí o Fernando Henrique foi indicado como ministro, então tinha duas alternativas: ou voltava para o Brasil, para ocupar o cargo de senadora porque era a primeira suplente, ou ficava em Viena. Mas não podia trair o movimento de mulheres. O movimento de mulheres tinha me empurrado para esse cargo político e, intimamente, achava que, se houvesse essa oportunidade de progredirmos, que eu a deveria aceitar. Então, voltei e fui para Brasília, fiquei dois anos e pouco lá e trabalhei muito. Fiz um projeto de lei que foi aprovado por unanimidade a respeito do planejamento familiar que, por incrível que pareça, até hoje, ainda não está inteiramente concretizado. Falta camisinha, falta educação sexual, falta o conhecimento de métodos contraceptivos, falta tudo. Claro que já foi pior, mas nós poderíamos estar numa situação melhor. Fiz também um projeto de lei sobre o aborto e esse não chegou a ser discutido. Mas fiz no Senado um grande debate, convidei pessoas a favor e contra, enfim, convidei pessoas representativas. Nem sabia se elas eram a favor ou eram contra. Uma ou outra, eu sabia, mas outras não. E foi muito interessante, mas foi muito polêmico. Um determinado segmento carismático da igreja católica de Brasília foi muito violento. O Estado de São Paulo publicou: eles fizeram uma missa nos corredores, fizeram cartazes contra mim, tentaram me agredir fisicamente. Benedita da Silva foi uma das pessoas que chamou a segurança porque ela viu que eu estava correndo perigo. Eu não estava nem aí, estava coordenando, ouvindo, mas eles fizeram muito tumulto, mesmo dentro da sala onde eu estava. E um dos assessores do próprio Senado estava metido nisso e era do grupo carismático. Então ele fez de tudo para impedir, não só a discussão e aprovação do meu projeto de planejamento familiar, como esse debate. Mas, enfim, o debate foi muito positivo, discutiu-se isso e confesso que eu levava para o Senado as questões relacionadas com a mulher brasileira. Os discursos, os textos que eu mesma escrevi eram sempre assim: traçavam um panorama do que estava acontecendo com a mulher em diferentes partes, com a mulher negra, com a mulher não negra, enfim... Depois trabalhei também na área da educação, fiz parte de várias comissões. Fazia mui-

to contato com as organizações das mulheres, por exemplo, mandava para elas as coisas que estava fazendo e recebia de volta sugestões, críticas, observações... Então foi um contato muito intenso. Claro que não era só com o movimento das mulheres, era também com o sindicato, os grupos políticos de todos os partidos porque acho que essa questão da mulher suplanta a questão partidária. Então fiz tudo isso e esqueci que a gente, quando está lá, tem que preparar condições se quiser ser reeleita ou se candidatar a deputada federal. Realmente não fiz isso. Sou ótima pra pedir votos pras outras pessoas, mas não pra mim mesma. Então, fui candidata a deputada federal por muito incentivo de certas pessoas, mas realmente não consegui o número de votos necessários.

Mas para mim está bom. Na hora fiquei mal, mas quando entendi o que tinha se passado... Como nunca tinha largado a universidade, eu mesma escrevia meus textos, nunca perdi a prática. Antes de voltar para a universidade, fui pra Paris, fiquei um ano lá com uma bolsa de pós-doutorado, pesquisei enormemente, mas aí era sobre a questão dos judeus, sobre a qual estou publicando agora vários artigos desde 1996. Bom, aí continuei minha carreira dentro da universidade, dando orientações na área de gênero, na área urbana, que é uma área que também trabalho, na questão judaica... E aí, de repente, me vi convidada a me aposentar.

MPL: E como é aposentar-se depois de uma trajetória tão intensa dentro da universidade?

EAB: Ah, mas vou continuar. Você imagina que eu vá parar? De jeito nenhum! No momento, tenho oito orientandas e já abri mais vagas. Fora isso, estou também atuando na Faculdade de Direito, na área de Direitos Humanos. Tenho duas orientandas de lá da Faculdade de Direito fazendo um trabalho de mestrado. Tenho quatro orientandas de doutorado, enfim, não vou largar esse pessoal.

Além disso, continuo escrevendo, terminando as minhas pesquisas. Já estou projetando outras. Mas primeiro quero terminar essa, porque tenho muito material sobre a comunidade judaica aqui no Brasil. E cada vez as pessoas me trazem mais material, ou acontece que acabo encontrando mais material. E

sou fascinada pelo tema, entende? Então acho que vou parar quando morrer.

MPL: Então pouca coisa muda com a aposentadoria...

EAB: O que muda mais é a parte administrativa, que acho ótimo! Já fiz muito na minha vida... Ultimamente já estava mesmo deixando de lado essas atividades. Acho que não muda nada porque, se quiser dar um curso, eu posso; habitualmente faço reuniões com as orientandas ou com pessoas que foram minhas orientandas ou bolsistas; continuo no Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. Mas agora vou ter que ser substituída, não posso continuar com o cargo que ocupava. Mas aí nós vamos criar um cargo para nós, pesquisadoras. Não precisa ficar na administração. Fora isso, vou continuar indo a congressos, acabei de voltar de um congresso em Buenos Aires, onde apresentei um trabalho sobre a questão da imigração judaica.

MPL: A senhora já sabe quais serão as próximas pesquisas?

EAB: Agora, vou terminar essa pesquisa dos judeus. Como tenho muito material, o que estou fazendo é assim: estou escrevendo como se fossem artigos, mas eles têm uma continuidade. Depois reúno, vejo o que falta e isso vai se tornar um livro. Aliás, vários livros. Tenho muito material fotográfico e tenho já pensado várias coisas. Por exemplo, uma das coisas que quero muito escrever é a história de uma mulher, dona Rivca Gutnic cujo marido foi deportado pelo Getúlio Vargas. É trágica a história dela, tenho fotos da vida dela, mas é tudo muito doloroso, então tenho que esperar um momento em que tenha mais condições... Porque a gente se envolve, sabe? É bobagem dizer que você fica lendo aquilo e trabalhando sem se envolver. Eu me envolvo e todas as sociólogas e os sociólogos que conheço acabam se envolvendo, não tem jeito. Até contar para você a história dela já me é difícil. Como tenho um material fotográfico e mais outras coisas, então um pequeno livro vou fazer sobre ela com esse material para divulgar.

MPL: Professora, como foi para a senhora receber aquela homenagem que a senhora recebeu?

EAB: Nossa, foi incrível! Sabia que eles queriam fazer uma homenagem, o que já achei ótimo. Por-

que sempre as pessoas são homenageadas depois de mortas. Aí logo eles me falaram “a gente quer fazer uma homenagem para você”. Fiquei muito contente, mas nunca imaginei que fosse acontecer o que aconteceu. Esmiuçaram a minha obra e articularam com tudo o que está sendo feito em tantos lugares do Brasil, da Europa, você viu que coisa incrível? Fiquei mesmo muito feliz. Não imaginava a dimensão que tudo isso tomou... Porque você vai escrevendo e vai pesquisando e vai publicando com certo senso crítico. Então, jamais poderia imaginar que houvesse influenciado tanta coisa, tanta gente, tantos caminhos. Olha, foi muito emocionante.

E pagou o preço do sofrimento. Porque o começo do movimento feminista foi muito duro. Soma-se isso à ditadura, a gente tinha que fazer um esforço, não é dobrado, é centuplicado. Aí quando você vê que teve tantas consequências positivas, o que mais que posso querer? Do ponto de vista intelectual, confesso que foi uma surpresa. Até agora ainda não consegui elaborar tudo o que aconteceu.

As pessoas se levantando, contando o efeito que teve o meu trabalho. Por exemplo, sobre o livro que escrevi com tanto amor, o livro “Eu não tenho onde morar”. Foi minha livre-docência, então já tinha certa liberdade para escrever sem fazer tantas citações, foi um livro gostoso de fazer. Aí você ouve um aluno dizer “Quando fui seu aluno...”. Foi muito bom!

MPL: Professora, a senhora gostaria de dizer mais algumas palavras?

EAB: A gente nunca faz as coisas pensando nas consequências, mas sempre tive uma preocupação de ajudar a mudar o panorama das mulheres no Brasil. Então, quando vi as minhas netas lá, tão pequeninhas – uma tem três anos, a outra tem sete – pensei comigo: “Acho que a vida para elas, desse ponto de vista, vai ser mais fácil”. Espero que seja. Espero que tenha contribuído com uma poeirinha para isso. Mas não adianta pensar individualmente. Tem que pensar coletivamente, porque você joga uma poeirinha que fica isolada não adianta. Precisa de muita gente, muitas mulheres e muitos homens fazendo trabalhos para que isso, de fato, tenha consequências. Acho que já estou vendo essas mudanças nessa geração que está na universidade. Aumentou demais o número de teses, de estudos, então acho que vamos para um caminho melhor.

PESQUISAS SOBRE QUADRINHOS ENCONTRAM ESPAÇO NA UNIVERSIDADE

ENTREVISTA COM PAULO EDUARDO RAMOS

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Autor da tese de doutorado *Tiras cômicas e piadas: uma aproximação possível*, que defendeu no dia 10 de maio deste ano sob a orientação do professor Hudinilson Urbano, Paulo Eduardo Ramos mantém diversas atividades. Além de pesquisador e jornalista, ele é professor universitário e consultor de língua portuguesa do UOL e da Folha de S.Paulo. Paulo ainda encontra tempo para atualizar com frequência o seu *Blog dos Quadrinhos*. Nesta entrevista, ele fala de quadrinhos e de como a academia encara a pesquisa sobre esse tema, pertencente à esfera da cultura de massa.

Mariana Pereira Lenharo: De onde veio a motivação para a escolha do tema de seu doutorado, uma aproximação entre tiras cômicas e piadas?

Paulo Eduardo Ramos: Sempre gostei de histórias em quadrinhos. Mas a idéia surgiu dando aula. O vestibular da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) usou várias vezes tiras cômicas como tema de questões da prova de língua portuguesa. Em geral, o candidato tinha de dizer o que provocava o efeito de humor da tira. Aos poucos, amadureci a idéia de que se tratava de um mecanismo semelhante à piada. A tese procurou pôr à prova essa hipótese (e a comprovou).

MPL: Hoje em dia, como a academia encara pesquisas sobre quadrinhos? Você sentiu algum tipo de estranhamento com relação ao tema de sua pesquisa?

PER: Não senti estranhamento. Mas sei de colegas que perceberam isso em outras faculdades da USP. Historicamente, o estudo das histórias em quadrinhos foi ignorado pela academia, salvo algumas louváveis exceções (caso de alguns professores da ECA). Foi um erro da academia, no meu entender. Hoje, esse discurso está mudando. O governo federal, para ficar em um exemplo, incluiu quadrinhos no programa que compra livros para distribuí-los às escolas de ensino fundamental. A universidade tem obrigação de dar respostas sobre essa área.

MPL: Os quadrinhos ainda são vistos como um gênero menor no Brasil, em sua opinião?

PER: Sim. Mas, como já comentei, esse discurso começa a mudar por causa da combinação de uma série de fatores. O governo federal incluiu quadrinhos como um dos gêneros a serem ensinados nas escolas no PCN (Parâmetro Curricular Nacional). Houve aumento de 30% nas livrarias de obras em quadrinhos. O formador de opinião, o leitor de livros, público que tradicionalmente ignorava quadrinhos, passou a vê-los ao lado de outras obras. A mídia impressa, pelo que se vê, comprou esse discurso neste segundo semestre de 2007. As adaptações em quadrinhos de obras literárias, que tiveram um grande impulso editorial neste ano, contribuíram muito para isso.

MPL: Você tem um blog: o *Blog dos Quadrinhos*. Fale sobre a importância dessa nova forma de comunicação para reunir pessoas que se interessam pelo mesmo assunto.

PER: Não sei dizer se a função do blog é reunir pessoas que se interessam por quadrinhos. Minha leitura do *Blog dos Quadrinhos* é um pouco diferente. É uma página virtual jornalística com notícias diárias sobre quadrinhos. O leitor é tanto a pessoa que aprecia a área quanto aquele que não entende do assunto. Quem não acompanha quadrinhos se espanta quando lê quanta notícia existe sobre o setor. Vejo isso de forma muito positiva.

MPL: O que você acha da adaptação de clássicos da literatura para os quadrinhos, para fins didáticos?

PER: Há, como em outras formas de arte, as boas e as más adaptações dos clássicos literários. Temos os dois exemplos hoje no mercado de quadrinhos. Historicamente, há décadas temos adaptações assim no Brasil, ora mais, ora menos. Houve um novo “boom” agora em 2007. No meu entender, o motivo disso é o governo ter incluído quadrinhos na relação de obras a serem distribuídas nas escolas de ensino fundamental. Compram-se várias edições, o que é um ótimo negócio. As atuais adaptações são uma

forma de as editoras inserirem obras na relação do governo para 2008. Tangencialmente, as adaptações agradam quem não lê quadrinhos. Esse leitor vê no livro uma obra literária em quadrinhos, e não uma história em quadrinhos sobre obra literária. Isso agrega valor à obra. O cenário atual é esse.

MPL: Quais foram as principais dificuldades que você encontrou para realizar a sua pesquisa? Existe material bibliográfico suficiente sobre humor, por exemplo?

PER: Acredito que a maior dificuldade tenha sido a falta de tempo. Sempre fiz mais de uma coisa ao mesmo tempo. Dividia a pesquisa com a família, com o trabalho jornalístico, com as aulas que dava na faculdade. Mas sempre contei com a compreensão e amizade de meu orientador, doutor Hudinilson Urbano.

Existe, sim, material bibliográfico sobre humor, principalmente nos Estados Unidos. Mas, por aqui, há também alguns bons livros e pesquisas sobre o tema.

MPL: Conte sobre a principal descoberta que sua pesquisa lhe permitiu fazer.

PER: A conclusão é que a tira cômica, como a que é publicada todos os dias nos cadernos de cultura dos jornais, é um híbrido de piada e história em quadrinhos. Usa a linguagem dos quadrinhos, mas utiliza dos mesmos mecanismos da piada para provocar efeito de humor. Muitos autores dizem usavam a palavra “piada” para se referir às tiras. Mas nunca houve uma pesquisa que verificasse se a frase era verdadeira ou não. A tese mostrou que é.

Para visitar o Blog dos Quadrinhos:
www.blogdosquadrinhos.blog.uol.com.br

DOUTORADO ABORDA A OBRA DE MARIA ARCHER PRODUZIDA NO BRASIL

ENTREVISTA COM ELISABETH BATISTA

POR MARIANA PEREIRA LENHARO



A escritora portuguesa Maria Archer exerceu grande contribuição, tanto para a imprensa, como para a literatura de língua portuguesa. Sua história de vida passa por Portugal, África e Brasil. Nas palavras de Elisabeth Batista, autora da tese de doutorado *Entre a Literatura e a Imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil*, “a literatura de Maria Archer singrou as águas do Índico, do Atlântico, e aportou no Brasil”. Ainda assim, a obra que a escritora deixou encontra-se em quase completo esquecimento em todos os lugares por onde passou. Esse é o tema da tese de Elisabeth Batista que, na entrevista a seguir, discorre sobre seu processo de pesquisa, sobre a literatura de autoria feminina e sobre as relações literárias entre os países que se expressam em língua portuguesa. Elisabeth Batista foi orientada pela professora Benilde Justo Lacorte Caniato.

Mariana Pereira Lenharo: Elisabeth, eu gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica até hoje.

Elisabeth Batista: Remonta a 1987 o tempo em que a nossa atividade docente é realizada no Departamento de Letras da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso – cujas necessidades de formação do pessoal docente vêm sendo atendidas com o apoio da CAPES e parcerias importantes como a que temos com a USP. Em 2002, sob a orientação da Professora Dra. Benilde Justo Lacorte Caniato, concluímos o Mestrado em Literatura com a dissertação: *Entre o Mito e o Preconceito: a Figura da Mulher na condição de sogra sob os olhares de Aluísio Azevedo e Fialho de Almeida*. Fazemos parte do PQI – (Programa de Qualificação Institucional) UNEMAT/CAPES/USP, na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, que destacamos como fundamental para a melhoria da atuação da nossa universidade junto à sociedade de Mato Grosso e outras localidades do país, considerando que temos muitos alunos que são de outras regiões do Brasil.

O nosso percurso acadêmico culminou com a tese de doutoramento intitulada: *Entre a Literatura e a Imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil* e faz parte de área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

MPL: Quando conheceu a professora Benilde? Como passou a ser sua orientanda de doutorado?

EB: Tive a satisfação em conhecê-la em 1999, durante a realização do evento “Nóbrega e Anchieta” promovido pela área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP, com o apoio do CEP – Centro de Estudos Portugueses [atual CELP – Centro de Estudos das Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa] do qual a professora foi uma das organizadoras.

MPL: Como você entrou em contato com a obra de Maria Archer? O que a motivou a pesquisar sobre ela?

EB: No ano de 2004 participávamos de um evento realizado em Coimbra, a professora Benilde adquiriu o livro *Ela é Apenas Mulher* (1944) de Maria Archer, reeditado em 2001 pela editora Parceria A. M. Pereira, e sugeriu que eu lesse. Esta foi a motivação suficiente para que nos despertasse o desejo de conhecer o conjunto da produção criativa da escritora e saber mais sobre a sua vida.

Por que você acha que, apesar de sua grande contribuição para a literatura e imprensa de língua portuguesa, ela ainda não havia sido objeto de pesquisa acadêmica no Brasil? E em Portugal, ela é uma escritora reconhecida por seus trabalhos?

Essa foi uma das razões que nos inclinam a nos deter também no “corpus” estabelecido para este trabalho. Em Portugal, a escrita de Maria Archer tem atualmente pouca visibilidade, mesmo a família não se preocupou, na época, em preservar a “memória” da autora. Assim é o caso para se refletir por que essa autora e as suas obras de inegável qualidade foram apagadas na memória de um tempo crivado de silêncio e relegadas ao mais completo esquecimento.

De 1910 a 1935, a autora viveu em África. Importa, assim, destacar que, coincidentemente, o regresso da escritora à Lisboa, após uma experiência de vida de vários anos na África Portuguesa, foi contemporâneo ao período de produção e circulação intensa de práticas culturais expressivas em torno das colônias. Após o regresso de Luanda, a escritora partici-

pou de conferências e palestras ultramarinas. A sua presença, também, era regular em jornais e revistas, aliás, muitos de seus textos de temática africana aparecem inicialmente na imprensa periódica lusitana. Esse detalhe da biografia de Maria Archer ajudará a compreender a sua vasta bibliografia de temática colonial publicada ora em livros, ora em periódicos, ora, ainda, em revistas especializadas como: *O Mundo Português*, *Portugal Colonial e Ultramar*.

Assim, a consolidação de sua atividade como escritora e jornalista de matérias coloniais foi fruto do interesse de uma época em que viu reunidas as condições necessárias à produção e ao consumo desse gênero de literatura. Talvez por essa razão haja omissão de sua presença na literatura africana de expressão portuguesa e, por outro lado, os portugueses silenciaram-na entre outras razões, por encontrarem, em suas obras ficcionais, forte resistência à cartilha salazarista de mando e obediência. A sua produção criativa teve como foco, primordialmente, a exposição e a crítica da mentalidade e do comportamento da burguesia lusitana naquele meio-século. A condição da mulher sob o regime fascista de Portugal será uma das suas tónicas predominantes. A autora revelou-se uma dissidente do regime vigente em Portugal da época.

MPL: No campo da pesquisa acadêmica, pelo que pude perceber, existe uma distinção entre literatura e imprensa de autoria feminina e literatura e imprensa de autoria masculina. Por que há essa distinção?

EB: O jornal *Ler* (Archer, 1952, p.5) estampa um depoimento da autora “*A minha obra literária tem sido norteadada pelo princípio vital de rebater o conceito arcaico da inferioridade mental da mulher*”. Percebe-se naquela época, esse enunciado de natureza conceitual, o “discurso circulante” acerca da atuação da mulher nos meios intelectuais era aquele que alimenta o espaço público. Há, contudo um princípio estruturante na literatura de autoria da mulher que, condicionadas por determinantes fisiológicas, socioeconômicas, culturais (como o conceito de “inferioridade mental da mulher”), antropológicas, deram respostas aos problemas de produção e de reprodução material e simbólica a partir da metade do século passado.

O contexto histórico-cultural dos países que tem o português como língua de comunicação, nas déca-

das de quarenta e cinqüenta do século passado, fruto da instabilidade frente à 2ª Guerra mundial, parece ter apresentado terreno propício à expansão da literatura na vertente da autoria feminina. Júlia Kristeva¹, ela própria representante dessa condição, alude sobre a existência de traços próprios na formação social que constituem a classe das mulheres, um “denominador comum simbólico” que as aproxima num corpo com identidade própria. A esse patrimônio cultural assim constituído (a tradição histórica, a unidade lingüística, enfim, todo um conjunto que refunde traços nacionais), Kristeva chamou de “denominador simbólico comum”.

Na mesma esteira de argumentos é possível, também, identificar outros tipos de segmentos humanos que, sem terem, necessariamente, uma história em comum, têm, no entanto, outros aspectos e outras características biológicas, antropológicas e culturais que os aproximam tal como o grupo sócio-cultural das crianças, dos jovens, das mulheres, aí vamos encontrar traços que são universais. Haverá, por conseguinte, uma afinidade cultural, historicamente construída, a aproximar as mulheres entre si, conclui Kristeva.

MPL: Qual foi a descoberta mais surpreendente ou curiosa que você fez enquanto realizava sua pesquisa sobre Maria Archer?

EB: Tendo nascido no limiar do século XX (1899), Maria Archer viveu parte de sua vida entre Portugal e África – Moçambique, Angola, Guiné-Bissau – enquanto, em Lisboa, contactou direta ou indiretamente com as correntes de pensamento que influenciaram ou afetaram de forma intensa o ambiente cultural português até meados dos anos cinqüenta do século passado, a título de exemplo, a tentativa de resgate do sentimento império, o colonialismo.

A literatura de Maria Archer singrou as águas do Índico, do Atlântico e aportou no Brasil. Pode-se dizer que, assim como a força unificadora da língua de expressão portuguesa, a sua produção criativa demonstrou ter vocação marítima e ensaiou um amadurecimento estético ao compor o movimento de resistência aos pressupostos do colonialismo, pois

transpôs os hostis entraves das fronteiras geográficas e passou a ser abertura para o estreitamento dos laços identitários entre os países que têm o português como língua de comunicação.

Maria Archer olhou do seu observatório o seu presente, com todo o fardo de contradições, que foi o Estado Novo e, como uma comentadora arguta que se sabe vencida, mas não submissa à sua máquina ideológica. Há um lugar social vivido conscientemente por Maria Archer, que lhe deu peso e densidade própria e resistiu a diluir-se nas práticas e nos discursos dominantes tematizados na cartilha de mando e obediência: “Deus, Pátria, Família, Trabalho”.

Desse observatório exerceu também o seu olhar de crítica da vida social burguesa e suas relações interpessoais. O acervo de crônicas para o *Suplemento Feminino* e o *Caderno Literatura e Arte de O Estado de São Paulo* constituem-se bons exemplares desse olhar. Os textos de índole jornalística de Maria Archer mostram que estes não se limitam a conteúdos prosaicos e a sua temática conserva ainda hoje a perenidade própria de um registro que vai além dos fatos quotidianos.

MPL: Quais foram as principais dificuldades que você encontrou para realizar sua pesquisa de doutorado?

EB: Dificilmente há um projeto que não seja atravessado, em certas fases, por algumas dificuldades. Como cheguei ao final deste percurso acadêmico, graças ao apoio institucional da UNEMAT e da CAPES, tenho por princípio subestimar as dificuldades, neste momento, inteiramente ultrapassadas. Contudo, posso dizer ao aluno que estiver prestes a fazer investidas nesse campo, prevenir eventualmente as dificuldades por mim encontradas: o entrave burocrático para o acesso às fontes primárias, o inventário da vida da escritora tanto no Brasil como em Portugal em virtude da inexistência de arquivos ou de alguém que se preocupasse, na época, em preservar a “memória” da autora. A pesquisa do outro lado do Atlântico foi feita com os escassos recursos pessoais e em abreviadíssimo tempo: apenas 30 dias. Foram estas algumas das dificuldades encontradas.

¹ Júlia Kristeva, Júlia. “Le temps des femmes”, in 34/44: Cahiers de Recherche de Sciences des Textes et Documents, (5) 1979.

MPL: Como você avalia as relações literárias entre países que se expressam em língua portuguesa hoje em dia? Há pesquisas suficientes sobre o assunto ou é um campo ainda a ser explorado?

EB: A circulação literária sempre foi importante nas relações entre os países de expressão portuguesa. Abdala Junior dá-nos a medida do quanto o nosso “comunitarismo cultural” pode ser de interesse científico e artístico como forma de afirmação do nosso “rosto diferenciado”. Maria Archer, em um artigo para a GAZETA, revelava em 1955 com forte indignação

que naquele tempo a burocracia alfandegária e cambial eram impeditivas da aquisição de obras da literatura brasileira em Portugal. “Um dia aziago chegou-se ao extremo de não haver nas livrarias de Portugal obras brasileiras, e si uma ou outra aparecia, vendia-se a preço tão caro, justificado pelos câmbios, que só raros poderiam comprar.” A questão hoje é praticamente inalterada acrescenta-se o problema da distribuição. Estou em Mato Grosso, onde atuo como professora na área de Literaturas de Língua Portuguesa na UNEMAT e as obras de África e de Portugal chegam a um preço pouco acessível ao público estudantil.

EVENTO

ALUNOS E COLEGAS HOMENAGEIAM A PROFESSORA BENILDE JUSTO LACORTE CANIATO

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Alvo de grande admiração e respeito, a professora Benilde Justo Lacorte Caniato recebeu, no dia 19 de setembro, uma homenagem que reuniu alunos de várias épocas e amigos de longa data. O evento, que se seguiu à defesa de doutoramento de Elisabeth Batista, agora sua mais recente ex-orientanda, contou com discursos emocionados e emocionantes sobre a professora e foi concluído com um coquetel.

“A pessoa mais especial que eu já conheci” – assim Eduardo Galhardo Gasques descreve sua ex-orientadora, opinião que parece ser compartilhada entre todos os que já foram alunos de Benilde. Ele acrescenta que, ao seu lado, ele teve uma “convivência privilegiada”. Todo esse carinho por parte dos alunos é recíproco. A professora Tânia Macedo, do Centro de Estudos das Culturas e Literaturas de Língua Portuguesa, relata que Benilde está sempre à disposição dos alunos, pronta a atender suas solicitações e, junto com eles, vibra.

A amiga Elisa Guimarães Pinto, que atualmente é professora do Mackenzie, declarou que, com Benilde, aprende lições de vida sublimes. Com toda

sua bondade e simplicidade, a amiga se fixa como modelo. Do professor Carlos Serrano, também veio um agradecimento público pela amizade. Outra amiga que fez questão de participar da homenagem foi a professora Georgette Wahn.

No esperado discurso da professora Benilde, além de agradecer pela homenagem-surpresa, ela afirma que tudo o que faz para os alunos, faz com o maior prazer e tem sorte por ter escolhido bem sua profissão. Quanto à ética e a prontidão em atender seus orientandos, a professora afirma que só procura cumprir aquilo que lhe foi determinado.

Atualmente, Benilde orienta mestrados e doutorados e atua nas seguintes linhas de pesquisa: *Autores dos séculos XIX, XX e XXI (Brasil, Portugal e África)*; *Traços da ficção narrativa de autoria da mulher*; *A língua portuguesa no mundo*; *Relações literárias entre Brasil, Portugal e África* e *Mulher e literatura nos países de língua portuguesa*.

A principal responsável pela surpresa foi Elisabeth Batista, que, no dia da homenagem, defendeu sua tese de doutorado *Entre a literatura e a imprensa: percur-*

sos de Maria Archer no Brasil, do programa de Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa.

A Benilde é uma orientadora muito presente na vida dos orientandos. Podemos dizer que a professora é em essência uma pessoa nutritiva. A convivência de sete anos de percurso acadêmico, entre o mestrado e o doutorado, foi de intenso estímulo à pesquisa

em literatura e à busca dos saberes. Do “saber com sabor” no dizer de R. Barthes. A mestria na orientação disciplinada e amorosa aos orientandos dá-nos a medida que mais importante que a ciência é o seu resultado: Uma “resposta” vai suscitar uma “centena de perguntas”.

ELISABETH BATISTA



IDADE DO CONHECIMENTO

Neste Informe, a seção *Idade do Conhecimento* traz o artigo de Andrea Lopes, professora do curso de graduação de Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Andrea formou-se em Ciências Sociais pela FFLCH.

Em seguida, leia a entrevista com Rosa Ester Rossini, professora do Departamento de Geografia da Faculdade. Após 44 anos de dedicação à Universidade, a professora é um exemplo do quanto tem a contribuir esses que estão na “idade do conhecimento”.

GERONTOLOGIA E ENVELHECIMENTO

PROFA. DRA. ANDREA LOPES¹

A velhice e o envelhecimento são temas cada vez mais presentes na agenda social brasileira. Esta visibilidade é resultado não apenas do aumento do número de idosos, como costuma-se dizer, mas também está vinculada ao interesse em torno do tema por parte de um espectro diversificado, entre outros, de profissionais, pesquisadores, instituições e os próprios idosos.

A primeira instituição a dar atenção exclusiva ao tema no Brasil foi a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), fundada em 1961,

na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, a SBGG atua em âmbito nacional, sendo organizada em 18 seções estaduais. A instituição expede o título de Geriatria, em parceria com a Associação Médica Brasileira, e o título de Especialista em Gerontologia. É formada por profissionais e pesquisadores de diferentes áreas de atuação e de conhecimento.

Conforme a etnografia realizada sobre a SBGG (Lopes, 2000), os principais desafios enfrentados pela instituição, desde a sua fundação, e que falam também

¹ Cientista Social (FFLCH-USP), Mestre em Gerontologia (Unicamp), Profa. Dra. do curso de Graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

do percurso percorrido pela questão do envelhecimento até os dias atuais na sociedade brasileira, foram:

- 1) Construção da velhice como um problema social: convencer a sociedade, especialmente, a mídia, os políticos, as várias instâncias do Estado e os próprios idosos de que a velhice é uma questão merecedora de atenção pública;
- 2) Construir a Gerontologia como uma disciplina científica: desenvolver um corpo de conhecimentos específicos sobre o tema que, baseado na apropriação e, ao mesmo tempo, disputa de conhecimento e práticas já tradicionalmente estabelecidas por outras disciplinas, em especial, as Ciências Biológicas, a Psicologia e as Ciências Sociais;
- 3) Delimitação de um campo para exercício profissional: congregar e aperfeiçoar a formação e atuação de profissionais de distintas áreas e especialidades, procurando estabelecer um vínculo e uma identidade entre eles, dada pela velhice e o processo de envelhecimento como objeto de saber e profissionalização.

Após seus 46 anos de existência, podemos dizer que a SBBG ainda persegue os mesmos desafios, mesmo estes tendo assumido novas configurações, dimensões e adquirido novos interlocutores. A partir da década de 1990, a Gerontologia vem alcançando cada vez mais status na universidade. Em abril de 2007, o primeiro curso de Pós-Graduação em Gerontologia da América Latina, sediado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), faz 10 anos de existência. Na Universidade de São Paulo (USP) celebramos os três anos do primeiro e ainda único curso de Graduação em Gerontologia, criado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

O termo *Gerontologia* foi cunhado em 1903 por Metchnikoff, vindo do grego *gero*, que significa velho, e *logia*, que significa estudo. A Gerontologia é um campo multi e interdisciplinar que visa o estudo e investigação dos aspectos presentes no processo de envelhecimento, especialmente os determinantes de cunho genético-biológico, psicológico e sociocultural. Interessa-se também pelo estudo das características dos idosos, bem como das várias experiências de velhice e envelhecimento ocorridas em diferentes contextos e épocas históricas (Maddox, 1987). Por sua vez, o conceito de Geriatria foi introduzido na literatura em 1909 pelo médico Nascher, procurando denotar o estudo clínico da velhice. Hoje, a Geriatria é

uma área de conhecimento que compõe a Gerontologia, compreendendo a prevenção e o trato de doenças que acometem o envelhecimento.

Mundialmente reconhecida, a Gerontologia alcança os seguintes desafios como ciência na atualidade, de acordo com Neri (2001):

1. Disseminação das pesquisas e teorias;
2. Construção e testes de modelos explicativos;
3. Conciliação dos conceitos de desenvolvimento e envelhecimento;
4. Vencer os preconceitos dos próprios pesquisadores e instituições de pesquisa e ensino;
5. Descrever diferenças intra e interindividuais do envelhecimento;
6. Conciliação entre os vários conceitos de idade e tempo;
7. Integrar e legitimar a velhice como mais uma fase do curso da vida.

Em termos de políticas públicas, podemos entender que a construção da Gerontologia, como saber científico e campo multiprofissional, em muito contribuiu para a legitimação das demandas dessa população específica. A Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, apesar da falta de conhecimento da população em geral, vem promovendo aos poucos conquistas ímpares na história dos mais velhos.

O aumento da longevidade provoca a cada dia mudanças nas percepções e concepções sobre o mapa do curso da vida e a forma como gerenciá-lo individual e coletivamente. Com a liderança do aumento do número de centenários na escala da pirâmide etária, vemos que a velhice constitui-se na categoria etária com maior quantidade de anos de vida, considerando que esta inicia-se a partir dos 60 anos de idade no Brasil. Porém, viver mais não significa viver melhor. Em termos socioculturais, prolongamos a vida, mas não sabemos exatamente o que fazer com ela.

Além da SBBG, muitas outras instituições voltam-se para este público específico, oferecendo serviços, atendimento e Programas os mais variados. No entanto, transposto os muros da segurança institucional, a sociedade sabe ainda muito pouco como entender e integrar seus membros idosos, além do para deve-se “disponibilizar os assentos de cor ...”, reservados em trens e ônibus.

O que vemos é um número cada vez mais crescente de idosos que não querem terminar e se desvincular dos Programas propostos pelas chama-

das Universidades para a Terceira Idade, uma vez alcançado o término desses cursos. É comum ouvirmos relatos de coordenadores desses Programas sobre o desafio de criar novas disciplinas e incansáveis iniciativas para atender a demanda de idosos que não encontram espaço na sociedade para além do oferecido de forma programada nessas instituições.

Para Debert (1999), a criação de papéis sociais para os mais velhos passa pelo desafio imposto aos profissionais e políticas públicas que tratam com essa população em não reproduzir o que a autora chama de *reprivatização da velhice*. Própria da esfera familiar, a velhice era pouco vista como problema social no início do século XX. A medida em que as demandas dos idosos foram crescendo e ganhando visibilidade, o Estado passou a tomar para si o atendimento e administração das mesmas. Já no final do século e início do século XXI, com o aumento de profissionais e pessoas interessadas nesta população, o que a autora aponta é para o perigo em delegarmos aos idosos a responsabilidade exclusiva por seu bem-estar e qualidade de vida em nossas receitas, tratamentos e programas de atendimento.

Este raciocínio permite-nos questionar: Será que a sociedade disponibiliza parques seguros e acolhedores para a prática das tão fomentadas “caminhadas”? Será que a sociedade disponibiliza acesso a alimentos considerados saudáveis, para a realização de dietas e a desejada manutenção da saúde? Será que apenas a gratuidade em ônibus e meia entrada em cinemas e peças de teatro asseguram inserção social? Será que a aposentadoria universal dá conta de tantos outros mecanismos de exclusão social entre idosos no Brasil, como escolaridade e raça? Será que o empréstimo consignado para a realização de viagens por todo o Brasil, promovido pelo Ministério do Turismo, irá de fato contribuir para a criação de papéis sociais significativos para essa população, além de proporcionar diversão, conhecimento e lazer?

A construção da velhice e a conseqüente revisão de todas as fases do curso da vida passam por um momento ímpar na história do homem. Nossa espécie nunca havia antes alcançado tantos anos de vida. Porém, a cada novo aniversário que fazemos celebramos a vida que não sabemos ao certo se continuaremos tendo. A crescente informalidade que compõe hoje o mercado de trabalho, a dificuldade das gerações mais jovens em construir um pecúlio (Lopes, 2003), o difícil acesso e a insatisfatória qua-

lidade do ensino, dentre outros desafios sociais brasileiros, esbarram necessariamente nos padrões de envelhecimento que estamos concebendo a cada dia.

Quando apregoamos o conceito de qualidade de vida entre idosos devemos ter claro que este trata-se de um conceito que tem múltiplas dimensões e é multideterminado. Avaliar qualidade de vida consiste em comparar as condições disponíveis com as desejáveis (Neri, 2001). Neste sentido, mais do que um ideal individual, a qualidade de vida passa pelo âmbito da coletividade. Elias (1994) discute em sua produção literária a importância de pensarmos na dinâmica da interdependência entre esses dois sujeitos: os indivíduos e a sociedade. Assim, proporcionar qualidade de vida para o envelhecimento passa por entendermos que mais do que um amontoado de indivíduos envelhecendo, somos uma sociedade que envelhece.

Hoje, mais precisamente 22 de setembro de 2007, recebemos o convite para integrar o evento *Dia Mundial sem Carro*. Assim como o envelhecimento, a poluição do ar é um fenômeno mundial que nos une como sociedade. Porém, soluções em suspenso não tratam de fato os problemas coletivos, que são diários e constitutivos de nossa vida particular e pública. Envelhecer em boas condições do ar, boas condições de saúde, educação, segurança e justiça social é tarefa de todos, como diriam incansavelmente muitos políticos e até nós mesmos, em conversas de final de tarde. Somado a capacidade de refletirmos sobre esses desafios dos tempos modernos, temos que criar maneiras originais de incorporar novos estilos de vida ao dia-a-dia das pessoas e das sociedades.

Concluindo, ainda com as palavras de Elias, pensar a relação indivíduo-sociedade deve superar a sugestão de tratar estes dois conceitos como antítese. Mais do que valorizar as diferenças e a heterogeneidade das experiências do envelhecer, como posto pela Gerontologia na década de 1980, a fim de combater os mitos negativos em torno do envelhecimento, devemos promover igualmente o que as pessoas tem em comum, apesar de suas diferenças etárias, sociais, religiosas, etc. Promover a identidade-nós é igualmente importante que promover a identidade-eu. Os movimentos sociais promovidos pelos próprios idosos são um exemplo do equilíbrio dessa equação.

Assim, pensar em Gerontologia torna-se mais do que investigar uma população específica, mas

colocarmo-nos a disposição dessa investigação a procura de um Eu individual e coletivo que envelhece ao toque dos ponteiros que marcam os segundos de nossos relógios internos e sociais.

Referências:

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

LOPES, Andrea. *Os Desafios da Gerontologia no*

Brasil. SP, Campinas: Alínea, 2000.

LOPES, Andrea. Dependência, Contratos Sociais e Qualidade de vida na Velhice In Simson, O.R.M, Neri, A.L. & Cachioni, M. *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. SP, Campinas: Alínea, p. 129 a 140, 2003.

NERI, Anita Liberalesso. *Palavras-Chave em Gerontologia*. SP, Campinas: Alínea, 2001.

ROSA ESTER ROSSINI: 44 ANOS DE DEDICAÇÃO AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

POR ELIANA BENTO DA SILVA AMATUZZI BARROS E MARIANA PEREIRA LENHARO

Natural interior de São Paulo, Rosa Ester Rossini interessou-se pela Geografia desde jovem, quando observava as diferenças de paisagem entre sua cidade, Serra Azul, e São Simão, onde cursava o ginásio, pela janela da jardineira que a levava nesse percurso.

“Eu queria entender como era tão diferente a terra cultivada pelos ‘orundi’ e aquela cultivada pelos naturais da terra. Eu queria entender por que os solos eram diferentes. Eu queria entender por que as pessoas eram diferentes. Eu queria entender por que uns tinham muito e outros trabalhavam e se submetiam e continuavam pobres. Só a Geografia, da ‘Maria Antonia’, segundo Seu James, poderia me dar respostas a essas indagações.”

Assim Rosa Ester Rossini descreve, em seu memorial, o interesse pela ciência que escolheu para si. Desde cedo, porém, teve esse interesse posto à prova. Quando criança, precisou insistir para ser matriculada no Grupo Escolar. Mais tarde, manteve-se com muita dificuldade em Ribeirão Preto, onde fez o Curso Normal. Com a decisão de ser professora de Geografia, ganhou beliscões da mãe. Já na Universidade de São Paulo, Rosa sempre demonstrou grande empenho e força de vontade contando, por isso, com o apoio de professores e colegas.

Nessa entrevista, Rosa conta fragmentos de sua trajetória acadêmica e fala sobre o livro “Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência, Guia Prático para Educadores e Educadoras”.

Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros: A Senhora é Professora do Departamento de Geografia desde 1970. O que esses 37 anos significam para a Senhora?

Rosa Ester Rossini: Boa tarde. Quero agradecer a honra de estar conversando com você a respeito da minha história de vida junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Estou no Departamento de Geografia como funcionária desde 1963, quando entrei como auxiliar de pesquisa no Instituto de Geografia. É uma vida de prazer dedicado ao departamento, eu diria que é um grande sonho realizado ser professora do mais importante Departamento de Geografia do Brasil e, quiçá, um dos melhores do mundo. Por isso estou há 44 anos sem nunca ter me aposentado; estou pensando na hipótese, mas quero continuar no departamento. Acho que eu e o Professor Conti somos intrinsecamente ligados, de uma forma quase inseparável, ao Departamento de Geografia, que é nossa família.

EBSAB: A senhora desenvolveu trabalhos como: agricultura canavieira na macro área de Ribeirão Preto. Então, como a senhora vê a questão do biocombustível?

RER: Há uma história toda ligada a esse tema. Nasci em uma cidade que hoje tem pouco mais de 5000 habitantes chamada Serra Azul e se localiza na macro área de Ribeirão Preto. Desde meu nascimento, convivi com a mão de obra volante, portanto quando fui fazer minha dissertação de mestrado, que defen-

di em julho de 1971, trabalhei com o tema da mão de obra volante.

Fui precursora deste estudo na geografia deste Departamento e comecei a trabalhar com esse assunto porque nasci em uma área que era cafeicultora, mas já convivia com engenhos e usinas de cana-de-açúcar. Depois a área foi policultora, mas continuei convivendo também com usinas de açúcar num município vizinho de Serrana que, na ocasião, ainda não era nem município. Posteriormente, na década de 60, houve a grande expansão da cana-de-açúcar e a intensificação das relações capitalistas no campo.

Posso garantir que não há na agricultura o que mais empobrece as pessoas do que a cana-de-açúcar. Ela dá vida aos detentores do capital porque é uma agricultura que trabalha com tempos determinados e, fora esse período, não há o que fazer. Hoje, com a mecanização intensiva que está se processando no campo, a tendência é aumentar a desocupação, tanto é que a macro área de Ribeirão Preto tem um movimento bastante grande dos sem terra e dos sem teto.

Em pesquisa feita por uma orientanda que trabalha na Fundação SEADE, Rute Godinho, constatou que a pobreza da região de Ribeirão Preto entre as populações com menor renda é maior ou quase maior do que a do Vale do Ribeira, porque a cana é realmente empobrecedora. Então, agora, como é que eu vejo a questão do biocombustível? Vejo exatamente como um processo de territorialização da pobreza, porque à medida em que a cana já se expandiu muito pelo território nacional e continua se expandindo, vai ocorrendo a mecanização e o movimento da desocupação das pessoas da força de trabalho.

É a desocupação de pessoas que não estão sendo preparadas pelo governo para enfrentar os novos tempos. Não é o fato de ter escola para todo mundo que vai ter emprego para todos: essas pessoas não tem acesso aos meios modernos de tecnologia para se engajar no mercado de trabalho. Então, vejo com muita tristeza o problema da expansão desse produto para a atividade da população de baixa renda.

Vejo que para o governo, para a exportação de produtos, vai ser um grande sucesso. Do ponto de vista das estimativas internacionais, é uma maravilha. Agora, o presidente da república faz referência que a cana ocupa pouco espaço e que vai sobrar muito espaço para fazer a plantação de alimentos. Mas essa onda verde da cana está ocupando os melhores espaços. Não é porque vai

sobrar 40% ou 50% das terras cultiváveis que tudo isso será cultivado: não dá para cultivar na descida da serra em direção a Santos, não dá para cultivar nas áreas altamente erodidas, não dá para cultivar em solo altamente pedregoso e não dá para cultivar, a não ser com grande investimento, em solos altamente desgastados. Então, há de ter uma equipe de pessoas que pensam para os pobres e não pensam para a exportação.

EBSAB: O que significou para a senhora trabalhar com o Professor Milton Santos, no Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental?

RER: Participei do Laboratório com o Professor Milton desde a sua chegada ao Departamento de Geografia, salvo melhor juízo, em 1977. Trabalhar com o Professor Milton foi um sonho porque jamais poderia imaginar trabalhar lado a lado com ele como eu trabalhei, quando estive coordenando o projeto do qual o Professor Milton Santos participou. Coordenei por dois períodos o projeto “As Geografias da Modernidade”, do qual participavam o Professor Milton Santos, a Professora Maria Adélia, a Professora Regina Sader, o Professor Armen e eu. Era uma equipe que eu chamaria de grande peso. Depois de duas gestões de coordenação junto ao CNPq, nós achamos por bem que cada um tinha competência suficiente para dirigir o seu projeto integrado junto ao CNPq e assim conseguiríamos trazer mais bolsistas, mais verbas e mais pessoas. E foi o que aconteceu a partir, provavelmente de 1995, 1996.

Foi uma experiência maravilhosa. O professor Milton Santos era um mestre por excelência, na verdadeira acepção daquilo que chamamos de mestre. Ele ouvia e ensinava, além da competência apresentada através das suas experiências, dos seus trabalhos e dos conselhos, nos dava um grande empurrão para caminharmos em direção ao melhor conhecimento da geografia. Eu ainda tive a felicidade de compartilhar mais ainda, porque morávamos no mesmo prédio e, com frequência, “servia de motorista para ele”. Nem sempre estas viagens eram curtas no tempo e a gente trocava muitas idéias. Aproveitei demais dessas chances de poder ter estado com ele mais tempo. Era um homem brilhante, inteligente, respeitoso, educado e tinha todos os bons predicados, tanto é que recebeu, na geografia, um prêmio como se fosse o Nobel da Geografia.

EBSAB: Dos prêmios e títulos recebidos qual significou mais para a senhora?

RER: Olha, cada prêmio, cada título, tem uma história única. Trabalhei muito, mas digo para você que apesar de ter dedicado a minha vida para o Departamento de Geografia, nos últimos anos, tenho compartilhado também o tempo com o CNPq no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Ver os jovens se transformarem, de iniciantes de pesquisa, em doutores é uma grande satisfação. E, mais ainda, viajo pelo Brasil fora pelo Programa de Iniciação Científica. Com o meu trabalho colaborativo penso estar ajudando a fixar as pessoas da terra na terra porque os jovens são despertados para a pesquisa, tomam gosto por ela. Fazem iniciação científica e, em seguida, fazem mestrado e doutorado, prestam concursos e, por competência, vão trabalhar na instituição onde estudaram. Este procedimento ocorre com pessoas que conheço que estão trabalhando hoje na Universidade no Amazonas, no Acre, na Paraíba no Rio Grande do Norte, no Pará e assim sucessivamente.

Digo que o maior prazer é ver um estudante se transformar em professor na sua instituição de ensino, que é um pouco do prazer que eu tive quando vim trabalhar no Departamento de Geografia tendo sido “filha” deste Departamento e, tendo seguido a escola do Professor José Ribeiro de Araújo Filho. Eu não tive esta bolsa de iniciação científica porque não havia, naquela época ainda. Na realidade, a bolsa de iniciação científica do projeto integrado começou quase nesse período, mas eu nem sabia da sua existência. Mas, naquela época, a maior honra para um estudante era ser convidado para trabalhar gratuitamente com um professor na sua pesquisa. E foi isso que aconteceu comigo, sob a orientação do Professor José Ribeiro de Araújo Filho, com quem fiz, mais tarde, mestrado e doutorado. Ainda mais tarde, ele foi presidente da minha banca de livre docência; na banca de professor titular, ele já não estava mais com saúde suficiente para participar de uma banca e quem coordenou, então, foi o Professor Milton Santos, também para minha grande honra e glória.

EBSAB: A Senhora desenvolve trabalhos no NEMGE, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. O que a levou fazer parte do Núcleo?

RER: Em 1975 defendi o Doutorado. Com a minha entrada no ano seguinte, em tempo integral, aqui na USP elaborei projeto de pesquisa. Quer dizer, entrei na USP com tempo parcial depois passei a turno

completo (naquela época você não entrava direto com tempo integral). Depois, em 1976, foi publicado o tempo integral, e apresentei como projeto um estudo sobre gênero e, nessa época, já tinha estabelecido relação de trabalho e de troca de idéias com o pessoal da sociologia, especialmente com a Professora Eva Blay, e já estava trabalhando com a questão de gênero. Acontece que o projeto, como eu o havia planejado, não pude realizar porque a questão de gênero não é uma categoria de análise na geografia. Então, depois de ir a campo em 1977 e aplicar 400 questionários não sabia continuar o projeto.

Desenvolvi o projeto, trabalhando sob a ótica da mão de obra volante. Não tive condições de desenvolver teoricamente a questão de gênero na Geografia. Guardei a pesquisa e comecei a estudar sobre o tema. Em 1982, em um Seminário da União Geográfica Internacional no Brasil, organizei a Mesa Redonda sobre a Questão da Mulher. Neste mesmo ano, coincidentemente, no mundo, sem ser pretenciosa, os geógrafos e as geógrafas começaram a descobrir o caminho da pesquisa sobre a questão de gênero na geografia. Conforme referido, realizei o evento aqui; foi realizado também na Itália – Caligari, o primeiro evento sobre a questão da mulher na Geografia, do qual fui participar; foi lançado o primeiro livro sobre geografia e gênero na Inglaterra, e fui buscá-lo. A partir daí comecei a trabalhar com mais critério, porque nós estávamos em diferentes partes do mundo descobrindo o caminho de produzir a discussão de gênero – mulher, principalmente, e as especificidades do trabalho homem - na geografia.

Voltei a campo em 1985 e 1986 e apliquei o mesmo questionário – por sorte não havia jogado aquele outro fora – dessa forma, pude comparar o que havia acontecido em praticamente 10 anos: o que havia acontecido com a mulher em relação a sua concepção de gênero, em relação à introdução da questão de gênero na geografia. Com este trabalho, realizei a tese de livre-docência, provavelmente, a primeira tese sobre a questão de gênero e o trabalho da mulher na geografia paulista e, provavelmente, na geografia nacional sobre a questão agrária. Então tenho perseguido, no meu trabalho, espaços de vanguarda e temas que continuam sendo atuais e de grande importância social.

Voltando à questão da mulher, em 1985 nós fundamos o Núcleo de Pesquisa sobre a Questão da Mulher na Faculdade de Filosofia sob a coordenação

da Professora Eva Blay, do qual participou também Ruth Cardoso, Lia Fukui, eu, etc. Éramos umas 10, 15 mulheres e, mais tarde, quando o Professor Erney P. de Camargo criou, na Pró-Reitoria de Pesquisa, os Núcleos de Apoio à Pesquisa, ele endossou o núcleo da mulher, o qual passou a ser o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, o NEMGE, do qual eu participo desde sempre. Já fui coordenadora e, agora, estou no Conselho Deliberativo. Temos também o Grupo de Estudos sobre Família: não dá para você trabalhar a mulher sem trabalhar a questão da família.

EBSAB: Professora, vou pegar um gancho: como a senhora vê tantas coisas acontecendo na questão família?

RER: Olha, na realidade, a dinâmica de estudos sobre família hoje está muito acelerada. Cada vez mais os arranjos são mais complexos, mas ainda é uma instituição que não vai desaparecer tão cedo. Os arranjos vão acontecendo. É muito comum as pessoas falarem, meu filho, seu filho e os nossos filhos, mas na realidade, os arranjos são muito importantes porque são eles que possibilitam solidariedade e a solidariedade é que permite a convivência com boa realização.

EBSAB: A Senhora pode nos falar sobre a publicação: Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência, Guia Prático para Educadores e Educadoras?

RER: Essa publicação nasceu a partir de um convite que o Professor Ari Plonsky nos fez quando coordenei o Núcleo de Estudos da Mulher para participar de um projeto mais amplo. A CECAE (Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da USP), coordenada pelo professor, assessorou um programa do Governo Federal interligado ao Ministério de Cultura e do Desporto, o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, PRONAICA. Atendemos ao convite, ficamos extremamente honradas e montamos equipe constituída pela Professora Rochelle Saidel, Sonia Calió, Isamara Lima de Jesus e eu para atendermos ao projeto da PRONAICA. Bom, fomos a campo, pesquisamos e convivemos com os professores e professoras das escolas especiais que o governo havia criado. As escolas CAIC – Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente – eram de tempo integral do governo

federal, depois ele as repassou para os governos estaduais e, infelizmente, as escolas não continuaram como o planejado. Trabalhamos por vários meses na pesquisa até conseguirmos fazer o Guia, o qual teve enorme sucesso.

Foi lançado em 1996, e esgotou num curto espaço de tempo a edição, e nós recebemos muitas solicitações para reeditar. Em 2005 fiz pedido para a Pró-Reitoria da USP, para o programa Pró-Divulga. Aprovaram a idéia da reedição e ficamos extremamente felizes, porque dessa aprovação constou o seguinte: que o Guia atingia os objetivos do programa Pró-Divulga, atendendo aos requisitos: generalidade (texto acessível, ao grande público) profundidade (linguagem precisa conduzindo a reflexão), autoridade (equipe especialista na área de gênero).

Ficamos muito honradas e entusiasmadas e aumentamos quase 50% do número de páginas da publicação, portanto extrapolou o financiamento e então, como tenho bolsa de produtividade do CNPq, aproveitei parte da verba da bolsa e completei o valor da publicação porque achei que valia o esforço. A publicação resultou do apoio da Universidade de São Paulo e do CNPq, e esta obra está sendo distribuída gratuitamente. Fui à Secretaria das Mulheres em Brasília entregar exemplares e oferecer os fotolitos, fui ao CNPq deixar um certo número de exemplares, também fui à USP e deixei alguns exemplares em todas as Pró-Reitorias. Depositei também exemplares em várias instituições, ressaltando que a publicação está a disposição para quem quiser reeditar. Porque os fotolitos estão prontos. E estou tentando junto à Secretaria do Estado da Educação para ver se há interesse pelo tema. Particularmente, quem redigiu teve enorme prazer, mas nós gostaríamos de divulgar um pouco mais este espírito de igualdade de educação na infância e na adolescência. Esta publicação ainda não está on-line.

Complementando essa nossa conversa, acho extremamente importante que na mais tenra idade as pessoas se conscientizem da importância de dar crédito e visibilidade às mulheres e dar crédito e visibilidade aos homens porque, na realidade, os livros didáticos, e todas as coisas, discutem no masculino sem que portanto haja a especificidade da questão de gênero em relação ao homem e em relação à mulher: nem homem e nem mulher tem visibilidade. Num dos projetos meus apresentados ao CNPq, trabalhei sobre a questão de gêne-

ro; as masculinidades na agricultura, chamei de masculinidade na agricultura, porque a agricultura altamente tecnificada e mecanizada, ainda infelizmente só os homens operam máquinas. Então a modernidade tecnológica elimina tanto homens

como mulheres da força de trabalho, e se alguma pessoa é contratada são os homens porque uma máquina substitui “apenas” 120 pessoas no trabalho diário. Se ela trabalhar 24 horas, vai economizar 240 pessoas por dia.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Criado em 1969, o Centro de Estudos Africanos tem a função de promover a pesquisa sobre a África e difundir a realidade africana no Brasil. Nesta entrevista, o professor Kabengele Munanga, do Departamento de Antropologia, fala sobre a história do Centro, suas atividades atuais, sua importância e pioneirismo e sobre as dificuldades encontradas dentro da Universidade.

Natural da República Democrática do Congo, Kabengele Munanga é professor da Faculdade desde 1980 e, atualmente, é diretor do Centro de Estudos Africanos.

Mariana Pereira Lenharo: Quando o senhor teve seu primeiro contato com o Centro de Estudos Africanos da USP?

Kabengele Munanga: Tive o primeiro contato com o Centro de Estudos Africanos em 1973. Eu me encontrava ainda na minha universidade na África (na República Democrática do Congo) e nós recebemos a visita do então diretor e um dos fundadores do Centro de Estudos Africanos, Fernando Mourão. Ele estava visitando os países africanos para estabelecer relações de intercâmbio intelectual e cultural entre a USP e as universidades africanas e passou pela minha universidade em 1973. A partir dessa visita, o primeiro bolsista da minha universidade chegou aqui em 1974, professor Kazadi Wa Mukuna, agora professor na Kent State University. Ele veio fazer o doutorado sobre a contribuição bantu na música popular brasileira. Eu vim para a USP no mesmo contexto, também para fazer o doutorado, em 1975.

MPL: O que o senhor poderia contar sobre a história desse Centro? Quais foram as motivações que impulsionaram seus fundadores?

KM: O Centro de Estudos Africanos, como todo centro de pesquisa, tem como primeira motivação fazer pesquisas e desenvolver estudos sobre a África. Mas deve-se considerar a influência do contexto histórico porque os países africanos, até 1957, eram países colonizados. A partir de 1957, dois países africanos tornaram-se independentes: Gana (em 1957), que se tornou independente da Inglaterra e Guiné (em 1958), da França. Mas a maioria dos países africanos tornou-se independente nos anos 60. Foi então que a Universidade de São Paulo se deu conta de que esses países eram países livres com os quais esta Universidade poderia estabelecer relações de cooperação e solidariedade entre os países do hemisfério sul.

Foi nesse contexto que o Centro de Estudos Africanos, que já existia desde 1969, começou o trabalho de contato com as universidades africanas para desenvolver estudos africanos aqui e para fazer com que os brasileiros pudessem conhecer diretamente a África, sem passar pela bibliografia colonial; que eles pudessem fazer pesquisas diretamente na África.

Nesse intercâmbio, os africanos viriam para cá também para desenvolver seus trabalhos de pesquisa em nível de pós-graduação em sociologia, antropologia ou outras áreas. É justamente com essa preocupação de pesquisa que este Centro foi criado: para divulgar a África, para fazer pesquisa e para estabelecer relações de cooperação e solidariedade.

MPL: Quais são as principais linhas de pesquisa desenvolvidas pelo CEA atualmente?

KM: O Centro de Estudos Africanos é um centro interdepartamental e intra-unidade, não é uma instituição de ensino, mas sim de apoio ao ensino e à pesquisa. É integrado pelos 11 departamentos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Assim, de certa forma, os temas de pesquisa são diversos: vai da área de ciências sociais até os estudos de línguas e literaturas africanas.

Eu diria que, pelo menos na área de Ciências Sociais, as pesquisas sobre a África e culturas africanas, questões de desenvolvimento, questões de relações entre Brasil e África começaram no Departamento de Sociologia e no Departamento de Antropologia. Hoje, nós temos pesquisadores do Departamento de História que trabalham com História da África, além dos Departamentos de Letras Clássicas e Vernáculas e Letras Modernas, que trabalham com as literaturas africanas de língua portuguesa e o Departamento de Lingüística hoje fortalece também o estudo das línguas africanas.

MPL: Existe algum intercâmbio internacional entre o CEA e universidades africanas?

KM: Sim, nós temos convênios com algumas universidades africanas, como a Universidade de Cocody, da Costa do Marfim, a Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique e a Universidade Agostinho Neto, de Angola, no âmbito da FFLCH. No passado, tivemos convênio, por exemplo, com a Universidade de Dakar e Universidade de Lagos. Esses convênios envolviam também o intercâmbio de professores. Os professores brasileiros iam ensinar a língua portuguesa e a cultura dos brasileiros e algumas dessas universidades enviavam seus pesquisadores para fazer pesquisas de mestrado e doutorado na USP. Ademais, os estudantes brasileiros que têm pesquisas sobre temas africanos têm a oportunidade de fazer pesquisas de campo em África. Eles já têm esse conhecimento direto, não é mais necessário passar primeiro pela Europa.

MPL: A lei 10.639/03 institui o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira nas escolas do ensino fundamental e médio de todo o país. O senhor acredita que exista, hoje em dia, um número suficiente de professores capacitados

para atender a essa demanda?

KM: Essa lei, que foi promulgada em 2003 pelo presidente da república, colocou três questões a serem discutidas. Em primeiro lugar, quem poderia ensinar essa história da África, da cultura e da história do negro no Brasil? Portanto, a primeira questão era a formação de professores. A segunda questão: a partir de que material bibliográfico esses professores poderiam ensinar, tendo em vista que uma grande parte da bibliografia sobre a África tem conteúdo colonial e depreciativo? Além dessas questões, deve-se definir o conteúdo das disciplinas porque a África é um continente de 56 países, com uma grande diversidade de culturas, línguas, de visões de mundo. Então por onde esses professores de ensino fundamental poderiam começar? Era preciso, então, definir e delimitar esse conteúdo da África a ser ensinado e delimitar também o conteúdo da história da cultura negra no Brasil.

Essas eram algumas das preocupações do Centro de Estudos Africanos. Então começamos a oferecer um curso de difusão cultural de formação de professores para atender às demandas da lei 10.639. Assim, em 2003, o CEA começa a oferecer de forma continuada cursos de difusão cultural. Em 2004 os cursos passaram a ser oferecidos em dois módulos semestrais. Atualmente, estes módulos são “Introdução aos Estudos de África” no primeiro semestre, e “Aspectos da Cultura e da História do Negro no Brasil” no segundo semestre.

É um curso com uma demanda muito grande. Nessas vagas, que limitamos a 80, são preenchidas em dois ou três dias. Não temos espaço físico para oferecer mais do que isso. Então, é nesse sentido que o centro está colaborando.

Além de formar as pessoas, nós produzimos e disponibilizamos material bibliográfico. Cada professor que vem dar aula aqui fornece material didático que vai auxiliar a formação desses professores do ensino fundamental e médio.

Além disso, eu mesmo já contribuí na produção de livros. Já produzi dois livros sobre história da África e história do negro no Brasil – um para estudantes e outro para professores – que hoje foi até adotado pela rede pública do município de São Paulo para concurso público. Estamos nesse processo já faz quatro, cinco anos.

Um dos objetivos que norteou a fundação do CEA foi conhecer a África e esse conhecimento ajuda a

conhecer a história do negro no Brasil. E nós tivemos uma fórmula diferente. No Brasil, existem três centros mais antigos: o Centro de Estudos Afro-Orientais, da Bahia, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, e o Centro de Estudos Africanos. O CEA fugiu da antiga fórmula dos países de terceiro mundo de juntar África com Ásia. Nós fizemos uma separação, no entanto, não descuidamos da questão da diáspora. Porque é graças a isso que as pessoas podem entender, podem interpretar a resistência das culturas africanas aqui no Brasil.

MPL: O CEA promove outros cursos de extensão?

KM: O CEA desde sua fundação teve a preocupação de alargar o conhecimento de aspectos da história e da cultura africanas. Nesse sentido, ao longo desses anos, promoveu, ainda que de forma descontinuada, cursos de difusão cultural, e ciclos de palestras e debates. 1977 a 1999, o CEA promoveu o curso “Introdução ao ensino da língua e da cultura Yoruba”, bastante procurado, principalmente por pesquisadores de religião afro-brasileira, por pais e mães de santo, assim como por interessados de forma geral. Esse curso, embora não fosse dirigido exclusivamente a esse público, oferecia subsídios da língua e da cultura yoruba importantes para o entendimento de religiões afro-brasileiras. Esse curso deixou de ser oferecido por conta de entraves burocráticos: o professor-ministrante deve ser aluno da Universidade, de graduação ou pós para não configurar vínculo empregatício. Presentemente não conhecemos nenhum aluno yoruba falante, mas o curso poderá ser retomado quando essa lacuna for preenchida. Atualmente o CEA promove os dois módulos dos quais falei. Ressalto também que, o Departamento de Linguística, que trabalha com línguas africanas, oferece desde o ano passado, um curso de swahili, uma das línguas mais faladas por vários países no continente africano, até como segunda língua oficial: Tanzânia, Quênia, Uganda, parte da República Democrática do Congo, Moçambique...

MPL: Os órgãos públicos costumam pedir a assessoria do CEA quanto a assuntos relacionados aos estudos africanos ou às políticas públicas para negros?

KM: Sim, eles pedem. O Centro foi criado não apenas para desenvolver pesquisas, mas também para atender e assessorar brasileiros, da iniciativa pública

ou privada, interessados no conhecimento de África. Os assuntos são os mais variados: podem ser acadêmicos, turísticos, voltados para a economia, comércio, etc. principalmente sobre países luso-falantes.

A gente fornece assessoria, informação sobre a África, sobre a geografia e história da África. Nós temos contato imediato com a comunidade de modo geral. Nesse sentido, o Centro presta um serviço à comunidade. Havia uma época em que o Ministério das Relações Exteriores passava pela assessoria do Centro de Estudos Africanos. O professor Fernando Mourão, antigo diretor do CEA e um de seus fundadores, foi justamente uma das pessoas que ajudava o Ministério das Relações Exteriores a entender os problemas africanos.

Hoje, nós continuamos a colaborar com os trabalhos de pesquisa do Ministério das Relações Exteriores sobre relações diplomáticas entre o Brasil e os países africanos. O Centro continua a oferecer assessoria tanto para instituições públicas, quanto para instituições privadas.

MPL: O CEA promove palestras, simpósios, conferências?

KM: Claro! Como disse, um dos objetivos do CEA é a difusão do conhecimento da África. Na medida de suas possibilidades, e apesar das dificuldades costumeiras, o CEA tem organizado palestras, conferências e co-organizado encontros, congressos e seminários. Quase sempre aproveitando a estada em São Paulo e/ou no Brasil de professores, pesquisadores, especialistas nas mais variadas áreas das ciências humanas no respeitante à África. Já recebemos grandes intelectuais tais como o professor Georges Balandier, professor francês que várias vezes passou por aqui para fazer palestras ministrar cursos; o professor Alf Schwartz, da Universidade de Laval, o professor Donato Gallo, da Universidade de Padova, o professor Alfredo Margarido, do CNRS, o professor Emilio Bonvini, DO CNRS, o professor Luis Beltrán, da Universidad de Alcalá de Henares, o professor Kazadi wa Mukuna, da Univesidade de Kent, o atual ministro da Cultura de Angola, Boaventura Cardoso, entre outros.

Há pouco tempo recebemos aqui dois pesquisadores da Universidade da África do Sul para falar justamente sobre a questão da união africana, sobre o problema do desenvolvimento africano e sobre a questão dos direitos humanos na África. Oferece-

mos um ciclo de palestras, que tiveram lugar aqui no campus e na Faculdade de Direito.

Assim, nossa preocupação não é apenas no âmbito do ensino e da pesquisa, mas também, e principalmente, na promoção do conhecimento da África.

MPL: Quando um pesquisador se interessa em pesquisar algum assunto relacionado ao centro, ele pode comparecer ao CEA para fazer pesquisas?

KM: Claro, nós temos uma biblioteca especializada sobre África, mas, como você vê, por falta de espaço físico, nossa biblioteca foi há alguns anos integrada na então biblioteca de Filosofia e Ciências Sociais. Mas mantemos aqui um setor de documentação – com teses, revistas, jornais, documentos avulsos, obras de referência de e sobre África – bastante procurado. Nós produzimos uma revista – a Revista África – que existe desde 1978. É uma revista de renome internacional e publica os artigos na língua original: francês, inglês, português, espanhol e em crioulo, uma língua de Cabo Verde. Ela tem grande circulação e divulga as pesquisas tanto daqui, como de outros países africanos, europeus e das Américas. É uma revista que gera um grande volume de permuta com revistas e publicações de outras universidades, brasileiras e estrangeiras.

A Revista África é anual, mas tendo em vista uma série de dificuldades, ela não sai com a regularidade que a gente gostaria. Ela sai um pouquinho atrasada, mas, quando sai, a gente atualiza dois, três anos de uma vez.

MPL: Como o senhor avalia os estudos africanos e os estudos sobre as populações negras no Brasil atualmente?

KM: Olha, nós fazemos questão sempre de separar essas duas coisas: estudos sobre os negros e estudos africanos. São duas coisas diferentes. Embora os estudos africanos, como eu já disse, dêem subsídio para poder entender o negro no Brasil de hoje.

Nosso centro é um centro especializado que trabalha só com África, nós evitamos essa confusão. Mas as duas áreas têm certa complementaridade porque, para você poder entender, por exemplo, as religiões africanas no Brasil, você tem que recorrer às fontes africanas para ver de onde surgiram essas religiões, como eram aquelas religiões na África, como essas religiões imigraram e como resistiram, se houve uma ruptura com a África ou houve uma continuidade ou uma inovação. Então, continuamos a colaborar com eles, mas sem confundir um com outro. O CEA

tem a sua identidade, que é a África.

Eu, entretanto, estou praticamente trabalhando com as duas coisas. Eu trabalho com a África, como também continuo a fazer pesquisas sobre o negro no Brasil. Eu faço interfaces entre as duas realidades, mas tenho colegas, por exemplo, que só trabalham com a África.

MPL: Qual é a principal dificuldade que o CEA encontra dentro da universidade?

KM: Uma dificuldade, como você pode perceber, é o espaço. Esse espaço deveria crescer. O segundo problema é a questão de recursos humanos. Temos, há muitos anos, só duas funcionárias que trabalham no Centro de Estudos Africanos: a Maria Odete e a Lourdes. Todo o trabalho de edição técnica, a revisão dos artigos, normalização bibliográfica da revista África é feito aqui. Além da rotina do Centro, o atendimento ao público em geral, o curso que nós organizamos, os dois módulos semestrais, tudo é um trabalho feito por essas duas pessoas. Então o problema maior é o espaço, recursos humanos e recursos materiais, porque os centros têm dotação orçamentária pequena.

Os cursos de difusão geram receita para a Universidade e unidades, e os cursos de difusão cultural do CEA geram apenas alguma renda que nos permite bancar alguns custos, como por exemplo, o pagamento de pró-labore aos professores-especialistas externos à USP convidados para ministrar algumas aulas nos cursos de difusão cultural. Então os problemas são esses: financeiros, recursos humanos e espaço. Além do mais, diferentemente das universidades estrangeiras (americanas, européias), por exemplo, nas quais os centros de estudos têm recursos até para ter pesquisadores próprios, o CEA não tem um corpus de pesquisadores próprios.

Na realidade, somos todos professores dos departamentos de ciências sociais que se interessam pela África que integram o CEA. Então, isso prejudica um pouquinho a quantidade da nossa produtividade intelectual porque já temos obrigações acadêmicas com nossos departamentos. Essas são as grandes dificuldades do Centro de Estudos Africanos.

MPL: Então a verba que o Centro recebe é apenas para manutenção?

KM: A verba do CEA custeia despesas com correio, almoxarifado, etc. Não é uma verba para convidar

um professor estrangeiro para dar aula. Não temos verba para pagar a passagem desse professor. Se a gente não conseguir financiamento pela Capes ou pelo CNPq, não podemos convidar. Às vezes a gente aproveita as pessoas que já estão aqui para poder dar uma palestra ou uma conferência ou, mesmo, um curso de um ou dois meses. Creio que os outros centros devem ter as mesmas dificuldades.

MPL: Tem mais alguma coisa importante sobre o CEA que seria importante mencionar?

KM: Deixei de dizer que desde que o Centro foi criado, em 1969, os primeiros africanos que chegaram nesta Universidade vieram através do Centro de Estudos Africanos. Pela primeira vez que se viu estudantes africanos negros nesta Universidade, mesmo que poucos, isso foi graças ao Centro de Estudos Africanos.

Isso serviu, no meu ponto de vista, até como motivação aos brasileiros negros. Eles vêem que nesta Universidade tem negros, então eles também podem entrar. Apesar de esse número ser muito pequeno, comparativamente à população de estudantes da

USP, eu acho que nós servimos de auto-estima aos estudantes negros.

Então o Centro tem um papel extremamente importante por marcar a presença de estudantes negros, ainda que pouca, na Universidade de São Paulo. Temos dezenas de teses sobre questões africanas que foram desenvolvidas na Universidade de São Paulo graças ao CEA. As disciplinas que entraram, tanto na sociologia, na antropologia, como na literatura, entraram graças a iniciativas pioneiras do CEA.

O Centro tem um papel muito importante na introdução do estudo dos países africanos aqui, tanto do ponto de vista da história política, como do ponto de vista das culturas. Antes do CEA, não sei o que se conhecia dentro da Universidade de São Paulo sobre a África. Por isso o Centro tem um papel muito importante que, creio, tende a crescer. Hoje, dentro das relações entre países de terceiro mundo e África, o CEA tem um papel fundamental. É praticamente o cartão de visitas da África na Universidade de São Paulo, que é uma das maiores universidades públicas do Brasil.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE A INTOLERÂNCIA

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Criado em 2002, o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância veio atender a uma demanda que teve sua expressão mais explícita no dia 11 de setembro de 2001. Reunindo pesquisadores que já tinham estudos sobre várias formas de intolerância, o LEI busca, segundo a professora Zilda Iokoi, “estudar os muitos fenômenos da intolerância e combatê-los, radicalizando a crítica até então exercida”.

Atualmente, as atividades do LEI podem ser acessadas pelo site www.rumoatolerancia.fflch.usp.br. No portal, existem “salas temáticas”, onde são expostos estudos sobre tópicos específicos dentro da temática geral da intolerância. Os usuários também podem fazer contribuições ao conteúdo do portal e, além disso, dispor de uma Biblioteca Virtual, que dá acesso a artigos, livros, imagens e vídeos do Centro de Documentação do LEI.

Na entrevista abaixo, a professora Zilda Iokoi, coordenadora executiva do LEI, fala a respeito das pes-

quisas realizadas no Laboratório, do projeto do Museu da Tolerância e dos obstáculos enfrentados dentro da Universidade.

Mariana Pereira Lenharo: O que motivou a criação do LEI?

Zilda Iokoi: Há alguns anos firmara um compromisso com a Profa. Anita Novinsky em apoiar a formação de um Centro de Estudos Inquisitoriais e reunir todo o acervo recolhido por ela ao longo dos mais de vinte anos de pesquisa. Quando ocorreram os ataques de onze de setembro nos Estados Unidos, tivemos a clara consciência que se iniciava naquele momento, um tempo mais intolerante do que o que havíamos vivido ao longo do século XX. Reunimos o nosso grupo de pesquisa e decidimos que todo o esforço dali em diante seria no sentido de estudar os muitos fenômenos da intolerância e combatê-los, radicalizando a crítica até então exercida em nossos trabalhos. Buscamos no conjunto da Faculdade os interessados nesse tipo de aborda-

gem e demos início, pela primeira vez, a um trabalho integrado por pesquisadores que analisam os mesmos fenômenos por diferentes olhares.

MPL: Qual é a importância de se desenvolverem pesquisas sobre a intolerância?

ZI: Os estudos sobre as várias formas de intolerância não são novos. Entretanto, neste momento o que nos diferencia é o esforço em integrar as análises sobre os diferentes momentos históricos, em busca da lógica que legitimou as práticas de intolerância nos vários momentos históricos. Estamos convencidos de que, no momento atual, o fenômeno faz cair por terra os fundamentos e princípios da ciência, da moral e da ética. Deste modo, ou combatemos a intolerância, ou teremos que abrir mão das contribuições da modernidade ocidental. Nada legítima este momento histórico sem as liberdades, a coexistência entre os povos, a democracia expandida e de alta intensidade e a luta por outra solidariedade que supere os espaços dos interesses corporativos, das guerras e dos dogmas religiosos.

MPL: No início, as pesquisas do LEI abrangeriam somente estudos coloniais, depois isso foi ampliado. Hoje em dia, o que abrangem as pesquisas?

ZI: Quando pensávamos em criar um Centro de Estudos Inquisitoriais, os pesquisadores estariam obviamente trabalhando nos recortes do período colonial. Mas, muitos dos problemas tecidos naquele período ainda deixam raízes profundas em nossa estrutura econômica, nas instituições, na hierarquia social, na cultura e no modo de fazer política. Daí a necessidade de ampliar o escopo da periodização e rastrear esses males que nos acompanham.

Temos estudos lingüísticos que abrangem processos do século XIX, como os realizados pela Profa. Margarida Teddoni Peter e suas vertentes contemporâneas nos estudos realizados por Marli Quadros. Racismo contra os negros na imprensa do século XIX e as raízes africanas dos quilombolas atuais. Temos necessidades de releituras dos filósofos modernos e debates sobre os benefícios ou não do Iluminismo. Temos um grande setor de estudos de psicanálise, de educação, de defesa de direitos com apoio do Ministério Público do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo.

Há ainda trabalhos sobre os sem tetos, sem terras, sem escolas. Também nos dedicamos ao estudo dos excessos: de exploração do trabalho, de tolerância ao intolerável, da negação da infância, do arbítrio e de leis que definem direitos que não são cumpridos. Temos comparado os diferentes momentos das migrações e a xenofobia que as acompanham. Interessamo-nos verificar o papel dos intelectuais em diferentes conjunturas e seus projetos para o país. Repensar o local, o regional, o nacional e o global. Em cada um desses blocos as pesquisas buscam demonstrar o papel das intolerâncias no impedimento das liberdades e dos direitos.

MPL: O LEI conta com uma biblioteca especializada. Como esse acervo foi constituído? Ele é aberto ao público?

ZI: Uma grande parte que será disponibilizada quando da construção do Museu da Tolerância pertence ao acervo pessoal de Anita Novinsky, mais ou menos 10 mil volumes. Outra parte compõe a Coleção Zilda Iokoi que está em minha sala de trabalho no prédio de História e na sala de Ana Maria Camargo e Sylvia Basseto que gentilmente acolheram parte de meu acervo, quando fui desalojada do espaço de trabalho que ocupava para a construção de uma sala de 200 lugares no Departamento de História, mais ou menos cinco mil títulos. Há também um acervo Lina Gorenstein que compõe a biblioteca e os volumes adquiridos com verba do CNPq no Programa Instituto do Milênio. Todo o acervo será disponibilizado quando pudermos reuní-los. Para isso, aguardamos a verba FINEP deste ano para a aquisição de estantes deslizantes e o local adequado para sua instalação.

MPL: Professora, eu gostaria que a senhora falasse sobre o Museu da Tolerância. Esse projeto já existe desde a criação do LEI? Quais serão as atividades desenvolvidas no Museu?

ZI: Bem, o Museu enquanto espaço físico ainda não está construído. Aguardamos desde 2005 as decisões jurídicas para a emissão do Termo de Concessão de Uso do terreno cedido pelo Reitor Melphi. Já tramitou na CJ, na CLR e está neste momento na COESF para, finalmente passar pelo Conselho Universitário. Nós estamos credenciando o Projeto

Arquitetônico na Lei Rouanet e ainda neste ano levantaremos recursos para o detalhamento dos projetos. Mas, as atividades acadêmicas do Museu já estão sendo realizadas e disponibilizadas *on line* no Portal: www.rumoatolerancia.fflch.usp.br. Ele é constituído por salas temáticas e projetos especiais.

MPL: Existe previsão para a construção do Museu? Com que verba ele será construído?

ZI: Esperamos iniciar as obras em 2008 e concluir a construção em 2010. As verbas serão obtidas por meio das leis de incentivos junto às empresas que estiverem conexões com os princípios do LEI e do Museu.

MPL: A senhora atua no projeto de pesquisa “Intolerância e resistências”. Fale um pouco sobre esse projeto.

ZI: Neste projeto reúnem-se 15 pesquisadores sendo 8 doutores que atuam em universidades públicas e privadas, 4 doutorandos, 3 mestrands e 10 graduandos, estes últimos divididos em três grupos: 4 estão no projeto *A escola no Mundo Contemporâneo*, 3 estão no projeto *Centenário da Imigração Japonesa – Memória e História* e 3 estão vinculados ao *Programa Leituras de Cidades*. Meu trabalho de pesquisa é acompanhar nesses três projetos os diferentes grupos de migrantes e imigrantes para verificar as diferentes representações sobre o outro nesses processos.

MPL: O LEI conta com o Portal Rumo à Tolerância. Qual é a importância de um núcleo de pesquisas ter um site para divulgar suas atividades? Os próprios pesquisadores mantêm o portal?

ZI: Na verdade, o Portal já é parte das tarefas do Museu: difundir os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores do LEI, disponibilizar os materiais, livros,

teses. Oferecer no campo virtual as possibilidades de acesso à Universidade e acompanhar os interessados por vídeo-conferências. Temos também editado debates e documentários para o Portal e para a IPTV- USP.

MPL: Quais são as principais dificuldades do LEI dentro da Universidade?

ZI: Espaço e agilidade. Veja você, em 2002 recebemos R\$150.000,00 da Pró-Reitoria de Pesquisa para que instalássemos o LEI que iniciava os seus primeiros passos. Os recursos se escassearam e os espaços foram de difícil negociação. Conclusão: quando o espaço ficou pronto, neste segundo semestre, o local já não comporta a instalação da Biblioteca e do acervo documental. Temos que realizar mais uma luta por recursos e com a burocracia para construir o Museu, apesar de termos, desde 2005, conseguido um terreno ainda não liberado. Fizemos um concurso nacional com a USP e o IAB para definir o projeto arquitetônico. Foram 300 projetos inscritos, 175 finalizados e os três primeiros colocados, premiados com recursos captados pelo LEI. Ainda hoje, aguardamos os trâmites e, temos certeza que muitos na USP não sabem de nossa existência.

Entre 11 e 14 de Março de 2008, o LEI será responsável juntamente com o MEC, a École des Hautes Etudes em Sciences Sociales e a Unesco Brasil pela realização de um Colóquio em Paris, na sede da UNESCO cujo tema é: Tolerância e Direitos Humanos - Diversidade e Paz.

Finalmente queremos convidar os colegas professores, funcionários e alunos para a inauguração de nossa sede no dia 18/10/2007 às 18h no LEI.

INAUGURAÇÃO DA SEDE DO LEI

DATA: 18 de outubro, quinta-feira

HORÁRIO: 18h

LOCAL: LEI

Casa de Cultura Japonesa: Avenida Lineu Prestes, 159
Cidade Universitária

CENTRO DE ESTUDOS JUDAICOS

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Como centro complementar do Departamento de Letras Orientais, ligado à Área de Língua, Literatura e Cultura Judaicas, o Centro de Estudos Judaicos tem a função de “divulgar o legado da cultura judaica no meio acadêmico e na sociedade”. Assim como ocorre com o Centro de Estudos Japoneses e com o Centro de Estudos Árabes – que também são centros complementares ligados ao ensino de uma língua e cultura específica – fica difícil distinguir as atividades do CEJ das atividades do programa de pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas: “Os feitos desse programa e dessa área são também os feitos do Centro de Estudos Judaicos”, afirma a professora Suzana Chwartz, atual diretora do Centro.

PESQUISA

Criado em 1969 por uma comissão de professores da USP e por membros da comunidade israelita, o CEJ é um centro pioneiro no Brasil e na América Latina, já que é o único dessa área que está vinculado a um programa de pós-graduação de uma universidade. Uma de suas principais atividades é dar o suporte necessário aos pesquisadores da área, trazendo professores visitantes para oferecer cursos ou mantendo uma biblioteca especializada em estudos judaicos.

Esses professores visitantes vêm à FFLCH por meio do convênio entre a Área de Hebraico e o International Center for University Teaching of Jewish Civilization da Universidade Hebraica de Jerusalém. Cada professor visitante ministra, por ano, pelo menos um curso de pós-graduação e, um workshop internacional a cada dois anos. O convênio, que é administrado pelo CEJ, também prevê a ida de estudantes brasileiros para a Universidade Hebraica de Jerusalém – atualmente, existem dois estudantes de nossa Faculdade em Israel.

Para suprir a demanda dos pesquisadores por livros sempre atuais na área dos estudos judaicos, faz-se necessário que o Centro tenha uma biblioteca própria. A biblioteca do CEJ contém 4.500 obras de referência, sendo 142 delas, teses e dissertações.

Atualmente, os pesquisadores do Centro realizam estudos relacionadas à teologia do holocausto, à língua iídiche, à literatura bíblica e à educação judaica. Como se pode observar, a pesquisa no CEJ tem uma abordagem interdisciplinar. A professora Suzana explica que, para se filiar ao CEJ, o pesquisador deve

apresentar um projeto de pesquisa que tenha a ver com os estudos judaicos. Uma vez que seu projeto é aceito, ele pode usar o nome público do Centro em palestras que profere, obras que publica e eventos de que participa. Em contrapartida, ele dá pelo menos um curso de difusão por ano, além de apresentar relatórios anuais de suas pesquisas.

Para difundir as pesquisas realizadas no âmbito do programa de pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas, o CEJ publica, em conjunto com o programa, duas revistas semestrais: *Vértices* e *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*.

INTERFACE COM A COMUNIDADE

Além de dar todo o suporte necessário à pesquisa acadêmica em estudos judaicos, outra função que cabe a um “centro complementar”, segundo a professora Suzana Chwartz, é promover uma interface entre a universidade e a comunidade. O CEJ, por exemplo, faz com que os professores visitantes estrangeiros promovam, fora da USP, as mesmas palestras que ministram dentro da universidade, atingindo, dessa maneira, um público maior.

O CEJ oferece, também, diversos cursos de extensão. Atualmente, estão sendo ministrados: *Escritas da Antiguidade, Aramaico Bíblico II e Literatura Sapiencial da Bíblia Hebraica*. O público frequentador desses cursos vem, em grande parte, de fora da universidade. Ainda como um pólo difusor de cultura, o CEJ atende jornalistas e escritores em busca de informações sobre festividades judaicas e sobre as crises políticas de Israel, por exemplo. “Esse é um público que requer uma atenção mais específica, precisão de dados e informações atualizadas”, observa Suzana Chwartz.

FINANCIAMENTO

Como o centro não tem verba própria, ele depende de pedir doações para órgãos da comunidade judaica. Atualmente, a instituição que mais colabora com o CEJ é a Federação Israelita do Estado de São Paulo, que tem um departamento muito desenvolvido de educação judaica e conhecimento judaico.

Centro de Estudos Judaicos:

Fone: 3091-4645

E-mail: cejudaic@usp.br

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Numa época em que poucos pesquisadores se dedicavam à questão da violência, uma associação entre o professor Paulo Sérgio Pinheiro e o professor Sérgio Adorno, ambos do antigo Departamento de Ciências Sociais, resultou na criação, em 1987, do Núcleo de Estudos da Violência.

HISTÓRICO

Informal nos primeiros anos, o Núcleo teve sua origem, de certa forma, ligada à Comissão Teotônio Vilela, que exercia o papel de fiscalização por parte da sociedade civil com relação à violência e aos abusos cometidos em prisões brasileiras. Essa comissão formada por personalidades representativas da sociedade civil e da qual também fazia parte o professor Paulo Sérgio Pinheiro promoveu, a partir de 1983, um fortalecimento do papel da sociedade civil exigindo a proteção dos direitos fundamentais. Dessa maneira, desenvolveu-se uma atmosfera propícia para a criação do NEV.

No começo, a sede do Núcleo eram as salas contíguas de seus dois fundadores. Em 1990, o NEV se converteu em um NAP (Núcleo de Apoio à Pesquisa), vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa e não, diretamente, à Faculdade de Filosofia nem aos departamentos. O professor Sérgio Adorno, atual diretor do NEV, explica que essa escolha adveio, não de uma resistência dos pesquisadores, mas do fato de que o campo dos direitos humanos suplanta a abrangência dos estudos da FFLCH, englobando também a área de direito, saúde pública, ecologia, comunicações e até arquitetura e urbanismo.

OBJETIVOS

Desde o início, o NEV se impôs alguns objetivos bem definidos. O principal e mais evidente foi desenvolver a pesquisa no campo da violência e das violações de direitos humanos no Brasil. Segundo o professor Sérgio Adorno, o grande desafio a ser transposto pelo Núcleo é explicar como, no Brasil, a transição de um regime autoritário para um regime democrático resultou, paradoxalmente, numa explosão da violência, quando era de se esperar que houvesse uma redução da mesma. Afinal, com a democratização se restabelece o estado de direito e

as liberdades civis e públicas. “Nossa preocupação acadêmica é tentar entender como a democracia se constrói às dispensas e a despeito dessa explosão de violência em suas mais diferentes formas” – explica o professor Sérgio Adorno.

Outro grande objetivo do NEV é a formação de recursos humanos para a pesquisa na área da violência. Inicialmente, houve um grande investimento em bolsas de iniciação científica. Progressivamente, o Núcleo foi formando mestres e doutores, alguns dos quais são, hoje, docentes de outras universidades ou estão à frente de centros de pesquisa ou organizações não-governamentais relacionados ao campo dos direitos humanos.

Construir um centro de documentação e uma pequena biblioteca especializada em direitos humanos também foi uma das metas iniciais. Hoje em dia, esse centro de documentação inclui relatórios de organizações não-governamentais; documentos de organizações internacionais de promoção dos direitos humanos; um banco de dados sócio-econômico que indica os espaços sociais onde ocorrem, com maior frequência, os casos de violência, além de um banco de dados de 25 anos de acompanhamento da imprensa brasileira sobre graves violações de direitos humanos.

Há também um esforço contínuo em internacionalizar o núcleo. Para isso, ele participa de redes internacionais de pesquisa e colabora com um programa de intercâmbio de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Atualmente, ele é referência junto à Organização Mundial da Saúde na área de violência.

Um dos grandes princípios que norteia o Núcleo é que suas pesquisas não sejam puramente “de gabinete”, mas que elas atendam, de alguma maneira, as inquietações da sociedade e sirvam como orientação para resolver problemas concretos. Segundo o professor Sérgio Adorno, “é uma pesquisa que ouve muito as vítimas e os agentes encarregados de aplicar as leis”

Por fim, divulgar os resultados das pesquisas para um público mais amplo é uma preocupação constante para os pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência. “Vivemos hoje numa sociedade em que os cientistas não são mais figuras divorciadas do mundo social. Cada vez mais, em todos os campos – do genoma à

violência – os cientistas são chamados para expor o ponto de vista da ciência que, evidentemente, não é o único, mas é importante porque tem seus critérios e seus fundamentos.” – observa Sérgio Adorno.

O NEV tem uma relação intensa com a mídia, que frequentemente solicita entrevistas a seus pesquisadores para esclarecer e opinar sobre assuntos relacionados à violência. Para o professor, é importante que o cientista aprenda a se comunicar com o grande público, usando uma linguagem mais acessível. Por outro lado, é também interessante que a imprensa tenha jornalistas especializados na área científica, que estejam preparados para ler, por exemplo, um relatório de pesquisa e aproveitar, da melhor maneira possível, uma entrevista com um pesquisador.

A participação de especialistas do Núcleo em debates na mídia, por exemplo, pode contribuir para a mudança da mentalidade de certos segmentos da sociedade, que ainda identificam os direitos humanos com “direitos de bandidos”. Por isso há um grande esforço para fazer com que a população compreenda o que são direitos humanos – que incluem, não somente o direito à vida, à integridade física, à liberdade de escolha religiosa e política, mas também os direitos econômico-sociais, o direito ao trabalho, à moradia, à qualidade de vida... Essa já é uma grande contribuição para a formulação de políticas de segurança pública mais comprometidas com os direitos humanos.

Ainda com a preocupação de atender concretamente as demandas da sociedade com relação à violência, o NEV ofereceu o curso “Gestão organizacional em segurança pública e justiça criminal” que, futuramente, será oferecido no formato à distância. A idéia surgiu a partir da baixa eficiência das instituições que aplicam a lei, revelada pelas pesquisas no Núcleo. Tendo os chamados “operadores técnicos do direito” como público alvo, o curso visava ao aumento da eficiência na aplicação das leis. Ele foi muito bem recebido e teve como principal resultado o aumento da motivação desses profissionais.

Outra atividade importante exercida pelo NEV é o monitoramento do Plano Nacional de Direitos Humanos. Anualmente, o Núcleo publica um relatório anual que contém o monitoramento da aplicação desse plano. No início, esse trabalho foi feito com o apoio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, porém hoje em dia o NEV continua realizando o trabalho por conta própria. O terceiro relatório foi re-

centemente publicado com o apoio da Pró-reitoria de Cultura e Extensão e o próximo já está sendo elaborado Para Sérgio Adorno “trata-se de um documento importante, não só para a sociedade e para os formadores de opinião, mas também para aqueles que têm capacidade de formular políticas de proteção das populações mais vulneráveis”.

FINANCIAMENTO

Grande parte do financiamento do Núcleo de Estudos da Violência vem da Fapesp. Atualmente, o Núcleo não conta com financiamentos privados, mas, no passado, ele já teve um financiamento muito importante da Fundação Ford. Além das agências de fomento, o NEV também recebe, ocasionalmente, recursos de organismos internacionais, porém sempre por meio das fontes públicas. O curso de “Gestão organizacional em segurança pública e justiça criminal”, por exemplo, foi patrocinado pela Comunidade Européia, mas o dinheiro veio através do Ministério da Justiça.

Diretamente, a Universidade não destina nenhuma verba ao Núcleo, porém ela disponibiliza o espaço físico da sede do NEV, que também conta com alguns equipamentos e parte dos recursos humanos financiados pela USP.

Independentemente da fonte das verbas para os projetos, os pesquisadores do Núcleo sempre tiveram sua liberdade acadêmica inteiramente garantida, o que é fundamental.

DIFICULDADES

Com a expansão do Núcleo, o aumento de seus pesquisadores e da demanda por pesquisas, suas instalações passaram a não dar mais conta de acomodar adequadamente todos os seus membros. Segundo Sérgio Adorno, frente às demandas existentes, se houvesse instalações melhores, o núcleo poderia abrigar mais pesquisadores e ter maior capacidade de trabalho.

Outro entrave, que não é um problema só do NEV, mas da administração da pesquisa no país, é a burocracia. Muito tempo é gasto, por exemplo, em adaptar os projetos ao formato de cada agência.

Uma dificuldade inerente à área de pesquisa do NEV é a dificuldade de acesso às fontes oficiais de informação. Muitas dessas fontes dependem de diversas autorizações para poder transmitir a informação. “É claro que existem áreas onde se tem muito apoio e muita simpatia das autoridades, mas algumas áreas

relacionadas à segurança ainda têm muito receio da pesquisa. Como se a gente estivesse criticando as pessoas e não as instituições e tentando contribuir para o seu aperfeiçoamento para que elas sejam cada

vez mais afinadas com o mundo democrático” – declara Sérgio Adorno.

Núcleo de Estudos da Violência: 3091-4965

Na internet: <http://www.nevusp.org/>

TESES

A POÉTICA DO AMOR E DO CÔMICO. UMA LEITURA DE *EL PERRO DEL HORTELANO* E *LA DAMA BOBA*, DE LOPE DE VEGA

SANDRA REGINA KEPPLER

Programa: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

Orientadora: María de La Concepción Piñero Vallverde

Banca:

María de La Concepción Piñero Vallverde

Maria Augusta da Costa Vieira

Maria Sílvia Betti

Lygia Rodrigues Vianna Perez

Claudio Bazzoni

Resumo

A proposta do presente trabalho é a de estabelecer uma leitura de *La dama boba* e *El perro del hortelano*, de Lope de Vega, a partir de sua abordagem do discurso amoroso e sua realização erótica, assim como

do desejo como uma realização do pensamento filosófico de Aristóteles e de Platão, empregando as discussões de uma literatura anterior que tratavam desses mesmos discursos, relidos sob a ótica da “Comedia Nueva”, que experienciara as interpretações virtuosíssimas e os temas improvisados e populares da *Commedia dell’arte* e dos mimos romanos. De fato, o que se pleiteia neste trabalho é que o autor releia essas práticas nessas duas obras à luz do *mythos*, transportando para sua época séculos de experiências e pensamentos, amalgamando-os à sua própria maneira de fazer teatro e re-criando, artisticamente, esses conceitos. Ao final espera-se comprovar que tal leitura contrariaria a feita por alguns pesquisadores que situavam o universo lopeano dentro de um discurso do Barroco pautado nas características neoplatônicas.

IMPLICAÇÕES DA MÉTRICA NAS ODES DE HORÁCIO

HELOÍSA MARIA MORAES MOREIRA PENNA

Programa: Pós-Graduação em Letras Clássicas

Orientadora: Profa. Dra. Zélia de Almeida Cardoso

Banca:

Ariovaldo Augusto Peterlini (FFLCH)

Paulo Martins (FFLCH)

Jacyntho Lins Brandão (UFMG)

Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet (UFMG)

RESUMO

Nos livros das *Odes* Horácio empregou treze esquemas métricos distribuídos por poemas de temas diversos. A influência da tradição eólica representada pelos dois musicistas de Lesbos, Safo e Alceu, pautou a maioria das escolhas temáticas e formais do poeta. Odes compostas em metros asclepiadeus e

jônicos kataV stivcon, em estrofes sáficas, alcaicas e asclepiadéias e em dísticos de formação variada (*cola* datílicos, sáficos, jâmbicos e trocaicos), mostram ritmos próprios, capazes de imprimir, no ânimo do ouvinte, sensações diferenciadas, de acordo com a natureza da seqüência métrica empregada. A teoria do *ethos* métrico leva em consideração o conceito da conveniência (Prevpon, *decorum*): conteúdo e forma em harmonia na criação poética. Os efeitos impressionantes das medidas gregas, naturalizadas por Horácio, que deu feição datílica aos versos eólicos, fixou quantidades livres e disciplinou as estrofes, devem-se ao caráter psicagógico dos

metros, herdado da antiga teoria musical. Desde Platão e Aristóteles, passando por Cícero, Demétrio, Dionísio de Halicarnasso, Longino e Quintiliano, registram-se a preocupação de classificar os metros de acordo com sua adequação a cada tipo de composição e a censura de seu uso indiscriminado na prosa e na poesia.

A análise rítmico-semântica de algumas odes de Horácio revelou o zelo do poeta em combinar forma e conteúdo e em selecionar palavras de composição sonora e formação métrica em harmonia com o sentido. Nas *Odes* a musicalidade do ritmo métrico tem implicações semânticas, realçando a expressão textual.

PLUTARCO E ROMA: O MUNDO GREGO NO IMPÉRIO

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA

Programa: História Social

Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello

Banca:

Norberto Luiz Guarinello

Pedro Paulo Abreu Funari (Unicamp)

Maria Beatriz Borba Florenzano (MAE)

Margarida Maria de Carvalho (Unesp/Franca)

Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi (Unesp/Assis)

RESUMO

Diferentemente das recorrentes assertivas sobre o comprometimento político dos intelectuais gregos no Império, a nosso ver, a partir do século II d.C., a chamada Segunda Sofística é um indicativo do movi-

mento cultural grego iniciado no século I d.C. Embora seus integrantes apresentem intenções distintas em seus escritos, os intelectuais gregos do Império participam de estilos e temáticas narrativas semelhantes. No caso de Plutarco, e essa é a nossa tese central, demonstramos que nosso autor não compôs sua obra para exaltar ou glorificar o Império romano ou ainda a cultura grega. Sendo assim, seus escritos representam a expressão da singularidade e da utilidade da tradição cultural grega para o fortalecimento político do Império. O objetivo principal de Plutarco está, pois, em construir uma identidade grega no Império, pausada na história de seu povo e em sua tradição cultural, para exibir ao mundo romano a contribuição dos gregos para a formação do Império.

NO LIMIAR DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA. UM ESTUDO DE MES MÉMOIRES, DE ALEXANDRE DUMAS

MARIA LÚCIA DIAS MENDES

Programa: Língua e Literatura Francesa

Orientador: Profa. Dra. Glória Carneiro do Amaral

Banca:

Luiz Carlos da Silva Dantas (UNICAMP)

Guacira Marcondes Machado Leite (UNESP)

Paulo Fernando da Motta de Oliveira (FFLCH)

Regina Maria Salgado Campos (FFLCH)

RESUMO

A tese faz uma leitura da obra *Mes mémoires* de Alexandre Dumas a partir da visão de Georges Gusdorf sobre as escrituras do eu. A pesquisa parte da hipótese de que mesmo sendo uma obra memorialística mescla interesses e técnicas utilizadas por Dumas em outras obras. No início, as idéias

de Philippe Lejeune e de Georges Gusdorf são apresentadas, e o conceito de memória esboçado. Devido à profunda ligação entre memória e História, analisou-se as mudanças ocorridas no início do século XIX na historiografia e literatura francesas, influenciadas por Walter Scott e como Dumas as assimilou em sua obra. Depois, procura discernir quais foram os recursos narrativos empregados para a construção da obra, os temas recorrentes e as técnicas vindas de outros gêneros praticados pelo autor. Discute a imagem que o autor deseja fixar para

si e para a sua geração. No final, apresenta-se uma biografia de Victor Hugo que, como outras, foi inserida nessa obra multifacetada de Dumas. Conclui-se que em *Mes mémoires* Alexandre Dumas narra a sua trajetória harmonizando interesses e características já presentes em outras obras, movido pelo desejo de eternizar em suas memórias a memória da França de seu tempo.

Palavras-chave: Alexandre Dumas; Romantismo; Memórias; História; França.

I JORNADA DE COMUNICAÇÃO DA FFLCH-USP

O Serviço de Comunicação Social da FFLCH-USP está organizando a I Jornada de Comunicação, voltada principalmente para os funcionários da Faculdade.

Mais detalhes serão divulgados em breve.

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - nº 37 - outubro de 2007



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social – AÇÃO

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717
Cidade Universitária – CEP 05508-900
Telfax: 3091-4612 – Fone: 3091-4938

